

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”

FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS

ANA CAROLINA DE SOUZA

**UM ESTUDO SOBRE A AÇÃO DO STIC ANTE OS IMPACTOS DO
NEOLIBERALISMO**

FRANCA

2020

ANA CAROLINA DE SOUZA

**UM ESTUDO SOBRE A AÇÃO DO STIC ANTE OS IMPACTOS DO
NEOLIBERALISMO**

Dissertação apresentada à Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", como pré-requisito para obtenção do título de Mestre em Serviço Social. Área de concentração: **Serviço Social: Trabalho e Sociedade.**

Orientador: Prof. Dr. Gustavo José de Toledo Pedroso

FRANCA

2020

S729e Souza, Ana Carolina de
Um estudo sobre a ação do STIC ante os impactos do
neoliberalismo / Ana Carolina de Souza. -- Franca, 2020
77 f.

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista (Unesp),
Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Franca
Orientador: Gustavo José de Toledo Pedroso

1. neoliberalismo. 2. sindicato. 3. mundo do trabalho. 4. indústria
calçadista. I. Título.

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca da Faculdade de
Ciências Humanas e Sociais, Franca. Dados fornecidos pelo autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.

ANA CAROLINA DE SOUZA

**UM ESTUDO SOBRE A AÇÃO DO STIC ANTE OS IMPACTOS DO
NEOLIBERALISMO**

Dissertação apresentada à Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", como pré-requisito para obtenção do título de Mestre em Serviço Social. Área de concentração: Serviço Social: Trabalho e Sociedade.

BANCA EXAMINADORA

Presidente: _____

Prof. Dr. Gustavo José de Toledo Pedroso – UNESP

1º Examinador: _____

Prof. Dr. Agnaldo de Sousa Barbosa – UNESP

2º Examinador: _____

Prof. Dr. Tito Flávio Bellini Nogueira de Oliveira – UFTM

Franca, SP, ____ de _____ de 2020.

AGRADECIMENTOS

À CAPES pelo financiamento da pesquisa.

Ao meu orientador, Prof. Gustavo, por ter me apoiado e me auxiliado ao longo desta jornada, sempre contribuindo muito com o desenvolvimento da pesquisa. Também agradeço à Sandra, que me ajudou bastante com suas observações sobre o meu trabalho.

Ao Prof. Agnaldo por ter participado como membro titular das bancas de qualificação e defesa, ao Prof. Tito pela participação na banca de defesa, e à Prof. Edvânia por sua participação na banca de qualificação. Também os agradeço por todas as considerações e contribuições feitas sobre a dissertação.

Ao STIC, em especial à Clara e ao Sebastião Ronaldo, por sempre se disponibilizarem a colaborar com a realização do trabalho, compartilhando materiais e elucidando todas as dúvidas que tive durante a pesquisa.

Aos meus pais, Nair e Helio, por todos os ensinamentos e pelo apoio dado não somente ao longo do mestrado, mas durante toda a minha vida.

Aos meus irmãos, Erika, Fernanda e Rodrigo, por continuarem sendo as pessoas com quem eu posso contar e dialogar sempre que preciso. Ao Rodrigo também agradeço pelas trocas de conhecimento que me auxiliaram na construção da dissertação.

Ao meu querido avô, Jeronymo, uma pessoa tão cativante que faz transbordar de amor o coração de todos que o conhecem.

Aos amigos pelas conversas, risadas compartilhadas e, principalmente, por estarem comigo nos momentos difíceis.

SOUZA, Ana Carolina de. Um estudo sobre a ação do STIC ante os impactos do neoliberalismo. 2020. 77 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Franca, 2020.

RESUMO

A presente dissertação tem como objetivo realizar um levantamento acerca das modificações ocorridas na produção da indústria calçadista de Franca – SP a partir da implementação do neoliberalismo no Brasil, tal qual as ações realizadas pelo STIC, sindicato que representa os trabalhadores da indústria, diante do novo mundo do trabalho. É importante ressaltar que a ofensiva neoliberal presenciada atualmente no Brasil não é algo inédito, uma vez que esse processo teve início nos anos de 1990, gerando alterações não somente no papel do Estado, bem como no processo de produção, nas condições de trabalho e, conseqüentemente, nas bases de organização dos sindicatos. Por meio de bibliografia pertinente às temáticas estudadas, em especial sobre o período da década de 1990, o primeiro capítulo aborda os principais aspectos da ascensão do ideário neoliberal e o modo como decorreu sua concretização no Brasil, além da reestruturação produtiva realizada, principalmente, no setor de calçados de Franca. O segundo capítulo, por sua vez, discorre sobre a ação do sindicato dos sapateiros ante as conseqüências de tais mudanças no mundo do trabalho, que passou a ser marcado pelo alto desemprego, aumento da informalidade e a precarização das condições de trabalho.

Palavras-chave: neoliberalismo. sindicato. mundo do trabalho. indústria calçadista.

SOUZA, Ana Carolina de. A study about STIC's action in the face of the impacts of neoliberalism. 2020. 77 p. Dissertation (Masters in Social Work) – School of Humanities and Social Sciences, São Paulo State University “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2020.

ABSTRACT

This dissertation aims to address the changes that happen in the production of the footwear industry from Franca - SP since the institution of neoliberalism in Brazil, as well the actions made by STIC, the union that represents the industry's workers, in the face of the new world of work. It is important to emphasize that the neoliberal offensive currently witnessed in Brazil is not unprecedented, since this process began in the 1990's, resulting in changes not only in the State's role, but also in the production process, in working conditions and, consequently, on the base for the union's organization. Based on a bibliography about the themes studied, especially on the period of the 1990's, the first chapter addresses the main aspects of the rise of the neoliberal ideology and the way in which it took place in Brazil, in addition to the productive restructuring made, mainly, in Franca's footwear industry. The second chapter discusses the action did by the union of the footwear industry's workers in the face of the consequences of such changes in the world of work, which has been marked by high unemployment, increased informality and precarious working conditions.

Keywords: neoliberalism. trade union. world of work. footwear industry

LISTA DE SIGLAS

ARENA	Aliança Renovadora Nacional
CGT	Central Geral dos Trabalhadores
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DIEESE	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
FMI	Fundo Monetário Internacional
FS	Força Sindical
INPC	Índice Nacional de Preços ao Consumidor
MIF	Movimento de Idosos de Franca
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
OIT	Organização Internacional do Trabalho
PT	Partido dos Trabalhadores
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
SINDIFRANCA	Sindicato da Indústria de Calçados de Franca
STIC	Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Calçados de Franca
TRT	Tribunal Regional do Trabalho
UNICEF	United Nations Children's Fund - Fundo das Nações Unidas para a Infância
URV	Unidade Real de Valor

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	8
2. A OFENSIVA NEOLIBERAL E SEUS IMPACTOS NA INDÚSTRIA DE CALÇADOS DE FRANCA – SP	11
2.1. Liberalismo: preceitos e crise	11
2.2. O surgimento do ideário neoliberal e seus princípios	13
2.3. A crise do <i>Welfare State</i> e o avanço neoliberal no Reino Unido e nos EUA	18
2.4. A efetivação do neoliberalismo no Brasil na década de 1990	24
2.5. A reestruturação produtiva na indústria de calçados de Franca – SP e seus rebatimentos nas condições de trabalho dos sapateiros	29
3. A ASCENSÃO DO MOVIMENTO SINDICAL BRASILEIRO E A ATUAÇÃO DO STIC ANTE OS IMPACTOS DO NEOLIBERALISMO	40
3.1. A força do movimento sindical brasileiro na década de 1980	40
3.2. A fundação do STIC e seu processo de transformação	43
3.3. A ação do STIC na década de 1980: uma experiência do novo sindicalismo	49
3.4. O STIC ante os impactos do neoliberalismo nos anos de 1990	53
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	67
REFERÊNCIAS	70
ANEXOS	74

1. INTRODUÇÃO

No Brasil, os últimos anos foram marcados pela intensa modificação do mundo do trabalho e por reformas realizadas pelos governos alinhados às demandas do capital. Com isso, observa-se cada vez mais o aumento das taxas de desemprego, assim como uma extensa informalidade e precariedade nos postos de trabalho disponíveis. Todavia, a redução dos direitos e a piora nas condições de trabalho não são algo inédito para a classe trabalhadora, uma vez que, desde a década de 1970, a agenda neoliberal vem sendo implementada em diversos países, incluindo o Brasil.

No que tange ao entendimento sobre o que é o neoliberalismo, consideramos importante ressaltar que não o compreendemos como um mero retorno aos preceitos liberais clássicos, tampouco como algo que se resumiria ao campo econômico. O debate sobre a definição de neoliberalismo é bastante complexo, então buscamos aqui mencionar duas visões diferentes de autores que são referenciados ao longo do primeiro capítulo, como Giovanni Alves, que afirma que o neoliberalismo é “considerado como a ideologia política da burguesia monopolista na época da mundialização do capital” (2000, p.114), e que sua defesa de Estado mínimo, na verdade, se reflete na maximização da ação estatal em prol do capital. Pierre Dardot e Christian Laval, por sua vez, consideram que o “neoliberalismo pode ser definido como o conjunto de discursos, práticas e dispositivos que determinam um novo modo de governo dos homens segundo o princípio universal da concorrência” (2016, p.17). Para eles, o neoliberalismo não pode ser resumido a seu aspecto ideológico ou econômico porque se trata, fundamentalmente, de uma nova racionalidade. Um dos principais elementos dessa racionalidade se refere a uma nova regra geral de vida pautada na concorrência generalizada, presente até mesmo na ação cotidiana dos indivíduos.

Implementado desde a década de 1970, como pode ser observado no caso do Chile, o neoliberalismo ganhou espaço ao redor do mundo a partir de uma narrativa que o anunciava como a solução necessária à crise do *Welfare State*. Com a adesão à agenda neoliberal em locais

como os Estados Unidos da América (EUA) e o Reino Unido nos anos de 1980, observou-se a realização de uma reestruturação produtiva que objetivava a racionalização dos custos da produção ante um panorama de ampla concorrência internacional, o que fez com que o mundo do trabalho e as organizações sindicais desses países fossem duramente atingidos por uma nova ofensiva do capital. Apesar do movimento sindical brasileiro ter passado por um período de fortalecimento desde o final dos anos de 1970, a inserção do Brasil na agenda neoliberal na década de 1990 também trouxe consequências para as condições de trabalho, de vida e de organização da classe trabalhadora.

Uma das principais características da política neoliberal brasileira, que objetiva a inserção dependente da economia do país no ambiente de mundialização do capital, é a liberalização comercial praticada pelos governos neoliberais da década de 1990 (ALVES, 2000, p.114). É diante desse cenário que ocorrem amplas alterações na produção das indústrias nacionais, incluindo no setor calçadista de Franca – SP.

A produção de calçados em Franca teve uma origem artesanal, porém a indústria de calçados foi consolidada e ampliada a partir do ano de 1950 (CANÔAS, 2007, p.122) utilizando-se de uma vasta mão-de-obra disponível e tornando-se um dos principais polos produtivos de calçados do Brasil, em especial no que se refere ao sapato de couro masculino. Segundo dados do SINDIFRANCA, o setor calçadista de Franca registrou a produção de cerca de 24 milhões de pares de calçados em 2019, com uma média de mais de 17 mil funcionários formais (2019, p.2-6).

Conjuntamente com a constituição da indústria produtora de calçados no município, houve a fundação do STIC, comumente conhecido como sindicato dos sapateiros, em 1941. Apesar de estar ligado ao sindicalismo de cariz corporativista em suas primeiras décadas de funcionamento, o sindicato dos sapateiros possui uma grande importância para a classe trabalhadora francana e para o sindicalismo nacional, principalmente a partir da década de 1980.

Com o objetivo de compreender o modo como o neoliberalismo impactou o mundo do trabalho e a atuação do sindicato dos sapateiros ante esse cenário, realizamos uma pesquisa bibliográfica acerca dos temas estudados, tais como neoliberalismo; reestruturação produtiva; movimento sindical; indústria calçadista de Franca e o STIC. Tomamos como base para a construção da pesquisa livros; teses; dissertações; artigos científicos; relatórios e reportagens que proporcionaram informações e análises pertinentes aos assuntos abordados. Alguns dos materiais que tivemos acesso ao longo da pesquisa – como trabalhos acadêmicos, reportagens e fotografias – foram disponibilizados pelo STIC.

A partir do material bibliográfico coletado ao longo da pesquisa, foram elaborados dois capítulos para a dissertação. Inicialmente, ao trabalhar aspectos essenciais para o entendimento sobre o neoliberalismo e suas consequências para o mundo do trabalho, dividimos o primeiro capítulo em cinco subitens que abordam a crise do liberalismo clássico e do *Welfare State*, a ascensão do ideário neoliberal e sua concretização nos EUA, no Reino Unido e, especificamente, no Brasil, assim como elementos presentes na reestruturação produtiva ocorrida no país, em especial na indústria de calçados de Franca, nos anos de 1990.

No que tange ao segundo capítulo, ao tomarmos como base autores que discutem a questão sindical em seu âmbito nacional e na especificidade da indústria de calçados de Franca, elaboramos quatro subitens que tratam do contexto geral de atuação do movimento sindical, o surgimento, a transformação e a atuação do STIC nos anos de 1980 e, por fim, suas ações realizadas ante o neoliberalismo e seus impactos no mundo do trabalho ao longo da década de 1990.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

2. A OFENSIVA NEOLIBERAL E SEUS IMPACTOS NA INDÚSTRIA DE CALÇADOS DE FRANCA – SP

Anteriormente à abordagem sobre as ações realizadas pelo STIC ao longo dos anos de 1990, é vital trabalhar o contexto em que ocorreu a concretização do neoliberalismo no Brasil e suas consequências no mundo do trabalho. Assim, neste primeiro capítulo trabalhamos elementos presentes na crise do liberalismo e do *Welfare State*; os principais aspectos do ideário neoliberal; sua implementação nos EUA, no Reino Unido e principalmente no Brasil; a reestruturação produtiva impulsionada nos governos de Fernando Collor de Mello e Fernando Henrique Cardoso (FHC); e as implicações desse cenário no trabalho realizado na indústria de calçados de Franca.

2.1. Liberalismo: preceitos e crise

Primeiramente, consideramos que o pensamento liberal possuía como princípios básicos a propriedade privada enquanto direito natural e o livre comércio, restringindo a ação do Estado e seu controle sobre as atividades econômicas. Tendo Adam Smith como seu principal pensador, o liberalismo visava a desregulamentação das atividades econômicas, assim como a redução da ação estatal a três funções básicas: “garantir a segurança interna e externa; assegurar o respeito aos contratos e manter os serviços públicos essenciais cujos custos fossem impeditivos ou não convidativos ao capital privado” (ROMÃO, 2006, p.31). Ao restringir a ação do Estado a esses três âmbitos, o ideário liberal remetia o funcionamento do mercado à sua suposta capacidade de autorregulação, a chamada *mão invisível*.

Esse ideário entrará, porém, em um processo de crise a partir do final do século XIX, crise esta que será agravada por importantes acontecimentos do início do século XX, como a

Primeira Guerra Mundial, a Revolução Russa e, principalmente, a Grande Depressão de 1929. Dardot e Laval consideram que o principal aspecto dessa crise estava no elemento da governamentalidade de que falava Foucault, apontando que “o que se costuma chamar de ‘crise do liberalismo’ é uma crise da governamentalidade liberal” (DARDOT; LAVAL, 2016, p.38). Referindo-se às dificuldades com que se defrontava a ação governamental nesse período, eles dizem que:

O que era posto como uma limitação externa a essa ação, em particular os direitos invioláveis do indivíduo, tornou-se um puro e simples fator de bloqueio da “arte do governo”, num momento em que este último se vê confrontado precisamente com questões econômicas e sociais novas e ao mesmo tempo prementes. A necessidade prática da intervenção governamental para fazer frente às mutações organizacionais do capitalismo, aos conflitos de classe que ameaçam a “propriedade privada” e às novas relações de força internacionais é que põe “em crise” o liberalismo dogmático. (DARDOT; LAVAL, 2016, p.38-39)

Os avanços do capitalismo sob a égide liberal acabaram produzindo modificações internas problemáticas, as quais não podiam ser enfrentadas no quadro do Estado mínimo na medida mesma em que esse último evitava ao máximo qualquer intervenção sobre as atividades econômicas. A ação desenfreada dos monopólios e oligopólios, tal como o surgimento de cartéis, culminaram na falência da ideia de *mão invisível*, uma vez que a livre concorrência havia sido corrompida pelo poder econômico de grandes grupos e pelos empresários à sua frente (DARDOT; LAVAL, 2016).

O que muitos autores concluem a partir disso é que, de fato, a ideia de livre mercado nunca teria sido posta em prática de forma absoluta. José Paulo Netto, por exemplo, ao se referir à fase monopolista do capital, afirma que “o ‘livre mercado’ passou ao estatuto de retórica, posto que o movimento do capital na era monopolística demanda um complexo de regulações excludente de toda referência à velha *mão invisível*” (1995, p.74, grifo do autor). De qualquer modo, os problemas que emergem desde o final do século XIX colocam dificuldades crescentes para a ideologia liberal em sua forma tradicional, de modo que torna-se cada vez mais inviável sustentá-la nesta forma.

O pauperismo resultante do liberalismo econômico também foi um elemento importante para a sua crise, visto que essa questão tornou urgente a necessidade de revisão dos dogmas liberais, principalmente no que se refere à negação de qualquer forma de intervencionismo

estatal. Tratando do contexto europeu, Dardot e Laval elencam algumas medidas tomadas ainda no século XIX para que a miséria generalizada fosse contida, tais como “legislação sobre o trabalho infantil, limitação da jornada de trabalho, direito de greve e associação, indenização por acidente, aposentadoria para operários” (2016, p.41).

A Grande Depressão foi a gota d’água para a completa reavaliação dos preceitos liberais. Foi no interior desse contexto que o keynesianismo ganhou forças, precisamente pela necessidade que tinha o capital de encontrar novas formas para sua sustentação, uma vez que o liberalismo havia colapsado. De acordo com Dardot e Laval, esse último fora concebido como algo natural, porém “o caráter fixo das ‘leis naturais’ tornou-as incapazes de guiar um governo cujo objetivo declarado é assegurar a maior prosperidade possível e, ao mesmo tempo, a ordem social” (2016, p.68).

A busca por novos meios para a sustentação do capital é um importante elemento comum ao neoliberalismo e ao keynesianismo (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 58), e ambos de fato resultaram em novas formas de expansão do capital. O keynesianismo – que Dardot e Laval caracterizam como expressão final e mais conhecida do “novo liberalismo” – foi a proposta amplamente adotada entre o final da Segunda Guerra e os anos 1970. O neoliberalismo, por sua vez, apesar de ter sido debatido e proposto desde o final dos anos de 1930, conseguiu concretizar-se apenas com o declínio do *Welfare State*, sendo a resposta do capital à crise do reformismo social.

Antes de discutir o colapso do keynesianismo e a concretização do neoliberalismo, é necessário abordar as primeiras elaborações do pensamento neoliberal, assim como seus preceitos teóricos.

2.2. O surgimento do ideário neoliberal e seus princípios

Visando compreender o funcionamento do neoliberalismo enquanto uma forma de racionalidade, Dardot e Laval (2016) realizam uma retomada ao surgimento desse pensamento e as perspectivas de diferentes correntes neoliberais. Sendo assim, as informações trabalhadas pelos autores são usadas como base do presente subcapítulo com o objetivo de compreendermos melhor as raízes do neoliberalismo e algumas de suas principais defesas.

Ainda que a criação da Sociedade Mont-Pèlerin, em 1947, seja comumente considerada como o início do pensamento neoliberal, Dardot e Laval (2016, p. 70) sustentam que, na verdade, o Colóquio Walter Lippmann, realizado ainda em 1938, é o que teria sido esse momento inicial do neoliberalismo. Isso não quer dizer que no colóquio houvesse um consenso estabelecido em torno do neoliberalismo; ao contrário, há várias divergências que já se manifestam entre os participantes, embora a preocupação comum no sentido de uma reconstrução do liberalismo impedisse que fiquem bem claras, por exemplo, as diferenças existentes entre o “novo liberalismo” e o “neoliberalismo”. Com o surgimento da Sociedade Mont-Pèlerin se tornaria mais evidente o enfrentamento ao intervencionismo estatal dentro do pensamento neoliberal, embora ainda houvesse diferentes posições dentro do próprio neoliberalismo (DARDOT; LAVAL, 2016, p.73).

Diferentemente de alguns autores que cogitavam a possibilidade de um liberalismo intervencionista, Mises, Hayek, Rueff e Robbins recusavam qualquer tipo de ingerência do Estado sobre a economia, visto que para eles a intervenção resultaria, necessariamente, em um regime totalitário e na coletivização da economia (DARDOT; LAVAL, 2016, p.77). Na verdade, esta recusa da intervenção se manifestava inclusive em diagnósticos distintos acerca da crise do liberalismo, pois o grupo de Mises considerava que ela é que estaria na raiz do desemprego e do processo de formação de cartéis. Falando, por exemplo, a respeito do seguro-desemprego, Mises considera que:

O desemprego, enquanto fenômeno maciço e duradouro, é consequência de uma política que visa manter os salários em um nível mais elevado do que aquele que resultaria do estado do mercado. O abandono dessa política redundaria muito rapidamente numa diminuição considerável do número de desempregados. (AUDIER, p.74, apud DARDOT; LAVAL, 2016, p.78)

Divergindo desse grupo, Lippman, Rougier e os ordoliberais faziam críticas ao liberalismo clássico e sua concepção naturalista do capitalismo, considerando como importante certo grau de interferência estatal na economia exatamente para a boa manutenção do capitalismo. Para esses pensadores,

ser liberal não é, como o ‘manchesteriano’, deixar os automóveis circularem em todos os sentidos, seguindo seus caprichos, donde resultariam incessantes engarrafamentos e acidentes; não é, como o ‘planista’, estabelecer para cada

automóvel uma hora de saída e um itinerário; é impor um *código de trânsito*, admitindo ao mesmo tempo que ele não é na época dos transportes rápidos o mesmo que era na época das diligências. (AUDIER, p.15-6 apud DARDOT; LAVAL, 2016, p.80)

Com a metáfora acima é possível compreender o caminho que esses autores seguiam, distanciando-se tanto do liberalismo clássico quanto daquilo que consideravam ser uma posição socialista. O intuito da ação estatal deveria ser o de tornar o capitalismo mais funcional, além de colaborar no sentido da efetivação do concorrencialismo enquanto norma social vigente.

A concorrência como norma é um ponto importante do pensamento neoliberal, posto que, quando se abdica da ideia de que a economia se organiza naturalmente, passa a ser necessária a promoção dos preceitos liberais de forma mais ativa. Isso se daria não somente no âmbito macroeconômico, mas também no íntimo dos próprios indivíduos e em suas relações interpessoais, de modo que a economia capitalista se mantivesse equilibrada, promovendo seu caráter concorrencial sem interrupções. Não seguindo essa concepção, a ação do Estado poderia resultar na supressão da concorrência e em distorções no funcionamento do capital. Esse pensamento é encontrado nas ideias de Rougier, como mostra o seguinte resumo feito por Dardot e Laval:

Rougier sustenta – como todos os liberais, aliás – que as distorções da concorrência são consequência sobretudo das ingerências do Estado, não de um processo endógeno. Desde o protecionismo alfandegário até a instauração de um monopólio, é sempre o Estado que, exclusivamente ou não, está na origem da limitação ou da supressão do regime concorrencial, em detrimento dos interesses do maior número de indivíduos. (2016, p.88)

Trata-se, portanto, de uma dupla forma de ação do Estado: se ele interfere no funcionamento da livre concorrência, tem-se uma ação prejudicial; mas se, por outro lado, ele agir para restabelecer constantemente as condições da livre concorrência (contrapondo-se, com isso, aos interesses populares organizados), então Rougier considera que ele desempenha um papel necessário.

Ao explorar as ideias de Lippmann e sua defesa do neoliberalismo, Dardot e Laval destacam a concepção do capitalismo enquanto revolução e filosofia única que pode resultar na “Grande Sociedade”. Para isso, haveria a necessidade de se criar uma política capaz de adaptar

todo o conjunto da sociedade e até mesmo o próprio homem às condições necessárias para a manutenção da ordem do capital. Desse modo, Lippmann justificava o neoliberalismo e priorizava seu caráter adaptador, como mostra a seguinte análise sobre o seu pensamento:

Mais ainda, a política neoliberal deve *mudar o próprio homem*. Numa economia em constante movimento, a adaptação é uma tarefa sempre atual para que se possa criar uma harmonia entre a maneira como ele vive e pensa e as condicionantes econômicas às quais deve se submeter. Nascido num estado antigo, herdeiro de hábitos, modos de consciência e condicionamentos inscritos no passado, o homem é um inadaptado crônico que deve ser objeto de políticas específicas de readaptação e modernização. E essas políticas devem chegar ao ponto de mudar a própria maneira como o homem concebe sua vida e seu destino a fim de evitar os sofrimentos morais e os conflitos inter ou intraindividuais. (DARDOT; LAVAL, 2016, p.91, grifo dos autores)

Ademais, outro aspecto importante do pensamento de Lippmann era sua forma de visualizar a influência da população sobre os governos, já que via esta influência como algo negativo, e até mesmo como a principal responsável pela fragilização da democracia (DARDOT; LAVAL, 2016, p.99). Essa foi uma questão primordial no processo de concretização do neoliberalismo, pois a implementação de um Estado forte que não cede à opinião pública, principalmente no que tange aos movimentos sociais, foi elemento decisivo para o avanço neoliberal.

A preconização de uma determinada forma de intervenção do Estado também pode ser encontrada no ordoliberalismo alemão. Ao assumirem uma posição de enfrentamento em relação ao que consideravam regimes totalitários, os ordoliberais defendiam a constituição de um Estado de direito como condição fundamental para o bom funcionamento da economia e de uma ordem liberal. O Estado de direito e toda sua ação política deveriam fornecer os pilares necessários para o estabelecimento de uma ordem concorrencialista com base nos mecanismos de preços de mercado (DARDOT; LAVAL, 2016).

Sendo assim, a ação do Estado prevista pelo ordoliberalismo não deveria suprimir os meios para uma concorrência igual e sem privilégios, mas sim facilitá-los; e o Estado, por sua vez, não deveria se curvar à pressão de determinados grupos. A importância dada ao jogo concorrencial por parte dos liberais, incluindo os ordoliberais, se deve à concepção de ligação inerente entre a liberdade, principalmente econômica, e a concorrência. Para eles, “a concorrência é o modo de relação interindividual mais conforme com a eficácia econômica”,

de modo que “não há liberdade sem concorrência, não há concorrência sem liberdade” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 123).

Essa defesa do concorrencialismo será ainda outro ponto em que o grupo de Mises e o dos ordoliberais se aproximam e se afastam. Ocorre que, ligado a certos preceitos do liberalismo clássico, Mises afirmava que “dentro da economia de mercado, um tipo de organização social centrado no *laissez-faire*, existe um domínio no qual o indivíduo é livre para escolher entre diversos modos de agir, sem ser tolhido pela ameaça de ser punido” (MISES, 1985, p.297 apud DARDOT; LAVAL, 2016, p.133). Para ele, a intervenção do Estado sobre a economia e sobre as decisões dos próprios indivíduos, fariam com que tanto a liberdade de escolha individual quanto o desempenho do mercado acabassem sofrendo conturbações. Assim que esse processo de intervencionismo estatal se inicia e produz disfunções econômicas e sociais, a tendência é que a ingerência do Estado tenha que se intensificar continuamente na busca por estabilidade, o que resultaria, por fim, na implementação do socialismo.

Esse processo, iniciado numa ação estatal pontual até a instalação do que Mises considerava totalitarismo, tem sua base em uma outra defesa realizada por ele, já que seu entendimento era de que o controle poderia ser exclusivamente privado ou totalmente estatal (DARDOT; LAVAL, 2016, p.136-137), sem a possibilidade de um equilíbrio entre ambos.

Diferentemente do que defendiam Rougier, Lippmann e os ordoliberais, Mises não considerava que o Estado e sua ação sobre a economia poderiam facilitar o jogo concorrencial; ao contrário, o Estado era o único impedimento para a livre concorrência (DARDOT; LAVAL, 2016, p.137). O enfoque de Mises estava no indivíduo empreendedor e em sua competição com os outros. Dardot e Laval, ao considerarem esse aspecto do neoliberalismo identificado no pensamento de Mises, pontuam o surgimento de um sujeito empresarial, o qual deve ser possibilitado pela própria ação do mercado, não do Estado. A criação desse sujeito pressupõe um tipo de autogoverno, como mostra a citação seguinte:

O homem sabe se conduzir não por “natureza”, mas graças ao mercado, que constitui um processo de formação. Posto cada vez mais frequentemente em situação de mercado, o indivíduo pode aprender a conduzir-se racionalmente. Esboça-se assim, dessa vez de maneira indireta, o tipo de ação ligado à governamentalidade neoliberal: a criação de situações de mercado que permitem esse aprendizado constante e progressivo. (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 140-141)

Mises defendia a ideia de que todo indivíduo possui dentro de si, em diferentes graus, um potencial para empreender, independentemente de sua posição social. O papel da economia é justamente o de impulsionar esse comportamento nos indivíduos, que devem aprender com o movimento do mercado para conseguir visualizar oportunidades e aumentar sempre seus lucros (DARDOT; LAVAL, 2016, p.140-141).

Hayek, por sua vez, também contribuiu significativamente ao pensamento neoliberal, desde sua influência na construção da Sociedade Mont-Pèrelin, passando pelas considerações acerca da temática jurídica e do papel do Estado, até o estabelecimento do conceito sobre a divisão do conhecimento (DARDOT; LAVAL, 2016).

De acordo com Romão (2006, p.38-39), a concepção de Hayek acerca do conhecimento foi constituída a partir de sua crítica ao conhecimento controlado e planejado, e a defesa do conhecimento tácito obtido em uma ordem espontânea. Para ele, sociedades que têm um Estado forte não conseguem possibilitar o acesso livre ao conhecimento, o que pressupõe a necessidade de um mercado livre que torne viável aos indivíduos o alcance cotidiano ao maior número possível de informações passadas pelos movimentos do mercado.

Outro elemento importante do pensamento de Hayek é a cisão entre democracia e liberalismo, visto que, para ele, a liberdade econômica não seria, necessariamente, alcançada em governos democráticos (ROMÃO, 2006, p.39-40). Ao se posicionar a favor de uma ditadura liberal, Hayek deixava clara sua crítica à soberania popular e ao que via como democracia ilimitada, que exercia um controle sobre o direito privado (DARDOT; LAVAL, 2016). A defesa de Hayek em relação a formas autoritárias de governo, realizada durante a ditadura chilena liderada por Pinochet, revelou que o neoliberalismo não só pode, como de fato foi historicamente instaurado contrapondo-se à vontade geral da população, tanto em governos considerados democráticos quanto em um regime ditatorial, como foi o caso do Chile em 1973.

2.3. A crise do *Welfare State* e o avanço neoliberal no Reino Unido e nos EUA

Como abordado previamente, o *Welfare State* surgiu para atender as necessidades de preservação do próprio capital. No lugar da negação da ação do Estado sobre a economia, o capital buscou na teoria keynesiana uma saída para a crise liberal por meio da implementação da social-democracia (OLIVEIRA, 2013, p.69). Romão (2006, p.48-50), ao buscar fazer uma

caracterização do *Welfare State*, elenca dois de seus traços fundamentais: o caráter mediador da ação estatal, principalmente na relação entre os trabalhadores e o mercado; e o entendimento de que os problemas sociais não são de responsabilidade individual, mas sim uma questão a ser solucionada pelo conjunto da sociedade. Isso fez com que o Estado assumisse um papel central na relação entre o mercado e a sociedade, reduzindo os malefícios da ordem do capital através de sua intervenção no mercado.

A partir disso, Teixeira explica que no contexto do *Welfare State*:

A distribuição de riqueza se fazia mediante acordos coletivos, segundo os quais capital e trabalho acordavam em elevar ao máximo a produtividade e a intensidade do trabalho, em troca de salários e lucros crescentes. As entidades representativas de classes (partidos políticos de massa e sindicatos com grandes estruturas corporativistas) eram a base sobre a qual se desenvolvia a luta pela distribuição da riqueza social. Para garantir o cumprimento dos acordos, era imprescindível a presença mediadora do Estado, legitimação era assegurada, por um lado, mediante uma política de subsídios à acumulação de capital e, por outro, através de uma política de bem-estar social, fundada em medidas compensatórias: seguro-desemprego, transporte subsidiado, educação e saúde gratuitas, entre outras coisas. (TEIXEIRA, 1998, p.203 apud OLIVEIRA, 2013, p. 69-70)

Apesar dos movimentos dos trabalhadores terem sido um componente importante para a instauração do *Welfare State*, a vigência da social-democracia oportunizou a contenção das massas e de suas organizações. Considerando o pensamento de Marx, Oliveira (2013, p.70) aponta que a melhora superficial das condições de vida da classe trabalhadora sob o *Welfare State*, principalmente por meio do aumento dos salários, teve também o papel de dificultar a compreensão acerca das diferenças nas condições de vida de cada classe social, bem como de diluir a percepção do sentido do aumento exponencial do lucro da burguesia.

A figura do Estado provedor acabou, porém, por se deparar com dificuldades, em especial após o estouro da crise do petróleo em 1973. A dificuldade em manter sua forma de atuação e a crise generalizada intensificaram as críticas realizadas à proteção social promovida pelo *Welfare State*, dando cada vez mais espaço às ideias defendidas pelos neoliberais que, de maneiras diferentes, criticavam o que viam como uma atuação excessiva da parte do Estado.

Romão (2006, p.67) considera que a crise do petróleo na década de 1970 foi a expressão do esgotamento da acumulação sob o regime fordista de produção. O Estado enquanto provedor

e regulador e os benefícios angariados nesse contexto acabaram tornando-se entraves ao crescimento econômico.

José Paulo Netto (1995), por sua vez, avalia que a crise do *Welfare State* demonstrou a decadência da eficácia econômica e social do capital, de modo que a continuidade da reprodução de sua ordem passou a depender da contínua redução dos direitos sociais e da interferência estatal em seu movimento. Ao explicar a crise do *Welfare State* enquanto expressão de uma crise interna da própria ordem do capital, o autor diz:

Em poucas palavras: esta é “a crise do capitalismo democrático” (Przeworski) na escala em que *é a crise estrutural das condições que viabilizaram o desenvolvimento do capitalismo num marco de democracia política*. Eis por que a significação da crise do *Welfare State* possui um alcance que está longe de ser exagerado: em si mesma, revela que a manutenção e o evoluir da ordem do capital *estão implicando, cada vez com mais intensidade, ônus sócio-humanos de monta*. (1995, p.71, grifo do autor)

Após a crise do keynesianismo, o ideário neoliberal conquistou ainda mais força entre os liberais, e inclusive conquistando outros espaços, o que David Harvey (2014) chama de “longa marcha” das ideias neoliberais. Indo desde a organização de bancos de ideias, passando pela conversão de intelectuais e meios comunicação, até aos partidos políticos e, finalmente, ao domínio do Estado (HARVEY, 2014, p.50), o neoliberalismo foi concretizado não somente enquanto agenda econômica, mas também social e cultural, principalmente devido ao apelo às liberdades individuais presente no período que o antecedeu. A esse respeito Harvey apresenta o seguinte diagnóstico:

No começo dos anos 1970, quem buscava liberdades individuais e justiça social podia fazer causa comum diante do que muitos viam como um inimigo comum. Considerava-se que poderosas corporações aliadas a um Estado intervencionista dirigiam o mundo de maneiras individualmente opressivas e socialmente injustas. A Guerra do Vietnã foi o mais óbvio catalisador do descontentamento, mas também havia um amplo ressentimento com respeito às destrutivas atividades das corporações e do Estado diante do ambiente, o impulso para o consumismo inconsciente, a incapacidade de resolver os problemas sociais e de responder adequadamente à diversidade, ao lado de intensas restrições a possibilidades individuais e comportamentos pessoais vindos tanto de controles “tradicionais” como dos implantados pelo Estado. (2014, p.51)

Para o autor, as demandas que emergiram durante a década de 1970 foram bastante convenientes ao neoliberalismo e sua necessidade de uma reformulação cultural para a sustentação de seu aspecto econômico e político, encontrando compatibilidade com o pós-modernismo. Diferentemente do que ocorreu no Chile com a ditadura de Pinochet logo no começo da década de 1970, em outras experiências neoliberais, como o caso dos Estados Unidos da América (EUA) e do Reino Unido, a efetivação neoliberal se deu por meios “democráticos”.

Em relação ao que ocorreu nos Estados Unidos, Harvey considera que um ponto importante está na crise fiscal de Nova York. Ocorrendo desde antes da década de 1970, por conta dos efeitos da desindustrialização e da reestruturação capitalista, a crise acabou por se agravar em função da retirada do apoio do governo federal. Um grupo de banqueiros desistiu de continuar rolando a dívida da cidade, fazendo com que ela entrasse em falência. A partir disso foram criadas instituições que assumiram o controle do orçamento de modo que as receitas obtidas pelos impostos fossem usadas antes de tudo para o pagamento das dívidas, enquanto os serviços públicos essenciais dispunham apenas do que restasse em caixa. A estrutura financeira da cidade foi reorganizada em benefício dos bancos, o que resultou no seguinte cenário:

A Nova York da classe trabalhadora e étnico-imigrante foi lançada de volta às sombras e fortemente afetada pelo racismo e por uma epidemia de consumo de crack de proporções épicas nos anos 1980. Ela deixou muitos jovens mortos, encarcerados ou sem teto, e os sobreviventes mais tarde foram assolados pela epidemia de aids surgida na década de 1990. A redistribuição de renda através da violência criminosas se tornou uma das poucas opções reais para os pobres, e as autoridades reagiram criminalizando comunidades inteiras de pessoas empobrecidas e marginalizadas. (HARVEY, 2014, p. 57-58)

Para Harvey o encaminhamento da crise fiscal de Nova York foi um episódio importante no processo de implementação do neoliberalismo, uma vez que estabeleceu o princípio segundo o qual, em caso de conflito, os interesses das instituições financeiras e dos detentores de títulos sempre devem prevalecer frente ao bem-estar social (2014, p.58). Segundo o autor, as medidas tomadas na crise de Nova York tornaram viáveis as práticas neoliberais de Reagan nos Estados Unidos e no restante no mundo através do FMI. A partir de ideias de Tabb, Harvey considera que “a política do governo Reagan nos anos 1980 [...] foi ‘apenas o cenário de Nova York’ dos anos 1970 ‘bastante ampliado’ (2014, p.58).

No que tange à eleição de Reagan, tem-se como aspectos importantes e decisivos o financiamento massivo das grandes corporações no Partido Republicano, o apoio da base cristã conservadora e até mesmo de parte da classe trabalhadora branca ressentida com os direitos e benefícios concedidos a grupos minoritários, além da dificuldade do Partido Democrata em conciliar as demandas dos grandes capitalistas e das massas (HARVEY, 2014).

No caso do Reino Unido, por outro lado, ainda que nele existisse um *Welfare State* muito mais amplo e funcional do que nos Estados Unidos, por exemplo, esse Estado provedor foi alvo de duras críticas não somente por intelectuais neoliberais, mas também por diferentes setores da burguesia e pela mídia. Ademais, a crise econômica possibilitou que se reforçasse a visão negativa sobre a ação do Estado e sobre sua burocracia, além de produzir um clima favorável para ataques contra o que se considerava um caráter opressor do poder sindical (HARVEY, 2014). Esse quadro, finalmente, criou um terreno fértil para a implementação do ideário neoliberal.

Para Harvey, o avanço neoliberal no Reino Unido com a eleição de Thatcher não teria ocorrido sem a crise de acumulação da década de 1970. Ele apresenta o contexto da época nos seguintes termos:

A estagflação prejudicava a todos, e em 1975 a inflação disparou para 26% e o desemprego chegou a 1 milhão de pessoas [...]. As indústrias nacionalizadas drenavam recursos do Tesouro, ensejando um confronto entre o Estado e os sindicatos. Em 1972 e, novamente, em 1974, os mineiros britânicos (de uma indústria nacionalizada) fizeram greve pela primeira vez desde 1926. [...] (HARVEY, 2014, p. 67)

Ainda que um governo trabalhista tenha antecedido a vitória de Thatcher, a crise fiscal e a necessidade de cortes orçamentários impostos pelo FMI intensificaram a sensação de contrariedade na população britânica, culminando em um cenário de greves amplas e intensas e, posteriormente, na eleição de Thatcher com um grande apoio da classe média em prol da restrição do poder sindical em relação ao funcionalismo público (HARVEY, 2014).

Acerca da importância dos casos britânico e estadunidense para a compreensão da concretização neoliberal, Dardot e Laval afirmam que:

Os anos 1980 foram marcados, no Ocidente, pelo triunfo de uma política qualificada, ao mesmo tempo, de “conservadora” e “neoliberal”. *Os nomes de Ronald Reagan e Margaret Thatcher simbolizam esse rompimento com o “welfarismo” da social-democracia e a implementação de novas políticas que supostamente poderiam superar a inflação galopante, a queda dos lucros e a desaceleração do crescimento.* Os slogans frequentemente simplistas dessa nova direita ocidental são conhecidos: *as sociedades são sobretaxadas, super-regulamentadas e submetidas às múltiplas pressões de sindicatos, corporações egoístas e funcionários públicos.* (2016, p. 189, grifo nosso)

Foi exatamente com os discursos supramencionados que Reagan, nos Estados Unidos, e Thatcher, no Reino Unido, colocaram em prática o ideário neoliberal, principalmente no campo do trabalho, do enfrentamento ao movimento sindical e na busca pela retomada do crescimento econômico, reduzindo os gastos governamentais e as taxas inflacionárias. Harvey pontua que “o que há em comum entre os casos norte-americano e britânico reside nas relações de trabalho e na luta contra a inflação” (2014, p. 68). Em ambos os casos as regulamentações favoráveis aos trabalhadores eram vistas como negativas e foram sumariamente retiradas de suas mãos.

Ainda de acordo com o autor, os sindicatos também foram duramente atingidos pelas políticas de Reagan, uma vez que, com a crise econômica e os altos índices de desemprego, o enfrentamento às organizações sindicais acabou se tornando mais fácil de ser realizado. Isso se tornou ainda mais concreto após o confronto de Reagan com os controladores de voo e a mudança de atividades industriais para locais não sindicalizados. Thatcher, ao tomar medidas contra as taxas elevadas de inflação, adotou políticas que resultaram em um crescente desemprego, reduzindo o poder dos sindicatos e dos trabalhadores. Além disso, assim como Reagan fez com os controlados de voo nos Estados Unidos, Thatcher enfrentou e derrotou os mineiros em uma greve de 1984 que durou próximo a um ano, desmantelando um elemento importante do movimento sindical britânico (HARVEY, 2014). A respeito de seu período como primeira-ministra, Harvey afirma que:

Thatcher reduziu ainda mais o poder sindical ao abrir o Reino Unido à competição e ao investimento externos. A competição demoliu boa parte da indústria tradicional britânica nos anos 1980 – a indústria de aço (Sheffield) e os estaleiros (Glasgow) praticamente desapareceram em poucos anos, levando consigo boa parte do poder dos sindicatos. Thatcher destruiu de fato a indústria automobilística autóctone inglesa, com seus fortes sindicatos e tradições militantes; em seu lugar ofereceu o país para ser uma plataforma externa dos fabricantes de automóveis japoneses em busca de acesso à Europa.

Estes instalaram novas fábricas e recrutaram trabalhadores não sindicalizados que pudessem submeter-se às relações de trabalho em estilo japonês. (2014, p. 69)

A consequência, “em apenas dez anos, foi transformar o Reino Unido num país de salários relativamente baixos e com uma força de trabalho relativamente obediente” e, ao sair, Thatcher reduziu as greves “para um décimo de seu nível anterior” (HARVEY, 2014, p. 69).

No Brasil, o enfrentamento ao movimento sindical também foi um elemento importante para a implementação do neoliberalismo. Para compreender melhor como se deu a concretização neoliberal no Brasil, buscamos trabalhar no subcapítulo seguinte alguns dos principais elementos presentes nesse processo e, principalmente, nos governos de Collor e de FHC ao longo da década de 1990.

2.4. A efetivação do neoliberalismo no Brasil na década de 1990

Com enfoque no caso brasileiro, Romão chama a atenção para o fato de que, mesmo com a formulação de uma certa rede de proteção social a partir da luta dos trabalhadores desde os anos 1930, não se constituiu um Estado de Bem-estar no Brasil. De acordo com o autor:

Trata-se, entretanto, de um fenômeno localizado e diretamente relacionado à presença da classe trabalhadora no mercado de trabalho. Ademais, o processo de construção de garantias para parte da classe trabalhadora não é linear nem acontece sem reveses. As ditaduras de Vargas de 1930 a 1945 e a posterior ditadura militar de 1964 a 1985 são momentos de ruptura na vida sócio-política e econômica do país. Nesses momentos, os trabalhadores são tolhidos em muitos dos seus direitos fundamentais e excluídos dos processos de decisão política. Essa situação negava por completo qualquer possibilidade de pacto *fordista* e Estado de bem-estar. (ROMÃO, 2006, p.65)

Essas características, somadas ao fato de que até mesmo os brasileiros inseridos no mercado de trabalho na época tinham acesso a uma proteção social menor do que a ofertada para a classe trabalhadora nos países de capitalismo central (ROMÃO, 2006, p.66), impedem, para alguns autores, a caracterização de um *Welfare State* no Brasil.

Essa conjuntura foi alterada, principalmente, com a Constituição Federal de 1988. Fruto de lutas da classe trabalhadora e suas organizações, a CF proporcionou a ampliação de direitos e garantias protetoras à população de um modo geral. Para Romão (2006, p.66-67), ainda que o *Welfare State* não tenha sido instituído no Brasil durante esse período, a CF exprime o importante fato de que as movimentações dos trabalhadores, intensificadas desde o final da década de 1970, permitiram que eles obtivessem voz no processo político nacional, evidenciando a potencialidade desses trabalhadores enquanto sujeitos políticos e culminando na criação da CUT e do PT.

Entretanto, ainda que no Brasil, por meio da CF de 1988, estivesse se implementando um Estado mais presente tanto no âmbito econômico quanto na proteção da classe trabalhadora e dos mais marginalizados, a crise que abordamos no tópico anterior também atingiu o Brasil. Com isso, ainda que de maneira mais tardia, a entrada no processo de neoliberalização e reestruturação por parte do Brasil começaria a dar seus primeiros passos no governo de Fernando Collor de Mello, em 1990.

De acordo com Alves (2002), a década de 1990 foi palco da inserção brasileira, por meio de medidas neoliberais, na conjuntura de mundialização do capital que resultou na intensificação de sua subalternidade e a destrutividade do capital no Brasil. Antunes (2005) aponta alguns elementos importantes do governo Collor nesse sentido, como a defesa e a imposição dos interesses do capital; outro aspecto vital ao seu governo foi a imagem de Collor enquanto defensor e representante dos mais pobres, angariando o apoio de muitos com promessas superficiais de amparo a essa população. Somado a isso, tem-se também o menosprezo à instância parlamentar, manifestado pelo extenso recurso a medidas provisórias e a vetos presidenciais.

Sobre alguns aspectos da figura de Collor e suas defesas, Romão afirma:

As elites estavam órfãs. Foi nesse vácuo que Collor operou, a partir do duplo movimento de se fazer confiante perante as lideranças econômicas, ao tempo em que se comunicava com as massas via um discurso populista e autoritário. Falava ao povo o que ele queria ouvir. Desde 1986, como candidato a governador em Alagoas pelo PMDB, Collor responsabilizava os servidores públicos e seus supostos altos salários, pela crise do Estado. (2006, p. 127)

Com os planos 1 e 2, lançados por Collor no começo de seu mandato, o governo não conseguiu estabilizar uma conjuntura propícia ao capital e ao projeto neoliberal modernizador que vinha tentando ser implementado no Brasil. Ao tratar de ambos os planos, Alves diz:

A “década neoliberal” teve início com uma profunda recessão decorrente do Plano Collor I. Em fevereiro de 1990, a economia brasileira foi atingida pelos fracassados Planos de estabilização do Brasil Novo, os planos Collor I e II, que conduziram o país a uma profunda recessão (1990-1992), com o PIB acusando uma queda acumulada de quase 10% entre 1990 e 1992. (2002, p.74)

Ainda que os planos tivessem o viés neoliberal necessários à época, eles se configuraram como uma derrota do governo Collor. Embora o plano 1 tenha obtido apoio popular em seu início, o resultado negativo obtido ocasionou o descrédito do plano seguinte (ANTUNES, 2005), agravando ainda mais a situação de Collor na presidência.

Segundo Antunes (2005), a crise instaurada acentuou-se com as denúncias de corrupção direcionadas a Collor, enquanto seu projeto de modernização, pautado na subserviência aos países de capitalismo central, corroeu boa parte das bases do capitalismo industrial do país. Assim, o resultado catastrófico das medidas impostas por Collor, acrescido à falta de apoio ao governo por parte de diversos segmentos da sociedade (inclusive com greves e manifestações expressando uma crescente insatisfação), culminou em seu *impeachment* e na posse do então vice-presidente, Itamar Franco.

O autor assinala o teor ambíguo pelo qual o governo de Itamar caracterizou-se, dado que, ao mesmo tempo em que era feita a defesa do aspecto social do governo e da população em situação de miserabilidade, colocavam-se em prática medidas que favoreciam o capital, como mostra o seguinte trecho:

[...] Itamar praticou, sobre pretexto da interinidade, aquela ambigüidade que o caracterizou desde o início de seu governo: quanto mais fala no "social", na "miséria e sofrimento de milhões de compatriotas", conforme a peça final do discurso em que anunciou seu plano económico, mais implementa um projeto com traços de continuidade do Projeto Collor: critica a fome e concede mais de um bilhão de dólares aos usineiros; fala em um projeto autônomo e independente, mas dá continuidade às privatizações escandalosas, como a da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN); chama Luiza Erundina para um ministério fraco e recruta Eliseu Resende para o Ministério da Fazenda; em

vez de um imposto para o capital financeiro, tributa o assalariado que recebe pelos bancos. (ANTUNES, 2005, p. 21)

O Plano Real, implementado ainda sob o governo de Itamar Franco, possibilitou a contenção das altas taxas inflacionárias no país, além de lançar à presidência FHC. Com isso, o cenário disposto perante a classe trabalhadora tornou-se ainda mais agravado, pois, apesar de Collor ter dado início às medidas que previam a implementação do neoliberalismo no país, “a *Era FHC* consolida a introdução do Brasil na agenda neoliberal” (ROMÃO, 2006, p.124).

Com o intuito de reduzir os gastos governamentais e finalmente consumir a introdução do Brasil na lógica neoliberal mundial, FHC prosseguiu com ações iniciadas por Collor, impulsionando uma reforma econômica e produtiva, principalmente a partir da ampliação da abertura comercial; assim como a flexibilização da legislação trabalhista e o ataque às organizações sindicais (ROMÃO, 2006, p.124), seguindo o exemplo do que Thatcher realizou no Reino Unido.

Um dos principais elementos presentes na inserção brasileira no cenário neoliberal, principalmente no que tange à reforma do Estado nacional realizada na década de 1990, foi o Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado, elaborado em 1995 com a contribuição dos seguintes ministros: Clóvis Carvalho (Casa Civil); Luiz Carlos Bresser Pereira (Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado); Pedro Malan (Ministério da Fazenda); José Serra (Ministério do Planejamento e Orçamento); e o Gen. Benedito Onofre Bezerra, Ministro-Chefe do Estado Maior das Forças Armadas.

Em sua análise sobre o plano supramencionado, Oliveira (2013, p.100-111) ressalta que, apesar de renegar o projeto neoliberal em seu texto, em especial a proposta do Estado mínimo, o documento traz a defesa de uma maior eficiência na gestão estatal, reduzindo sua ação ao que é considerado como essencial, além de tecer críticas aos avanços promovidos pela CF com o discurso de que a nova constituição resultou no engessamento do Estado, aos “privilégios” observados no serviço público e na previdência social (que foi alvo de uma reforma no ano de 1998), e indicar a realização das privatizações de empresas estatais.

As reformas de cariz neoliberal implementadas ao longo da década de 1990, principalmente sob os governos de FHC, impactaram o campo da produção e, consequentemente, o mundo do trabalho. Tais transformações ocorreram não somente dentro do setor privado, como também no serviço público, visto que FHC intensificou a redução do

Estado e de seus gastos com o intuito de atingir as metas demandadas pelo FMI (ALVES, 2002, p.82). Ao tratar especificamente dos trabalhadores públicos, Alves apresenta os seguintes dados:

Por exemplo, entre 1992 e 1995 o emprego público até cresceu, embora o crescimento tenha se dado abaixo da expansão da ocupação no país: a sua participação na ocupação reduziu-se, alcançando 11,4%. Entretanto, entre 1995 e 1997, a partir do governo Cardoso, a queda do emprego público foi significativa, com menos 140 000 empregos (antes das privatizações dos serviços públicos dos anos 1998 e 1999, quando a queda foi ainda maior) (EMPREGO PÚBLICO RESISTE, 2000). (2002, p. 83)

A redução do emprego público é fruto direto da reforma estatal, especialmente a partir das privatizações e de outras medidas que previam reduzir as responsabilidades e os gastos do Estado. As mudanças realizadas nesse período culminaram tanto na redução dos postos de trabalho, quanto na precarização dos empregos restantes, caracterizada pela “intensificação (e a ampliação) da exploração (e a espoliação) da força de trabalho, pelo desmonte de coletivos de trabalho e de resistência sindical-corporativa” (ALVES, 2009, p. 189).

A intensificação da superexploração do trabalho foi, assim, um dos principais efeitos da implementação do neoliberalismo no Brasil e no mundo, sendo o aumento do desemprego e da flexibilização importantes fatores para sua concretização. Isso se deu a partir, principalmente, da reestruturação praticada no país a partir da abertura comercial realizada desde o governo Collor. Sobre a inserção nacional do cenário de competitividade internacional ocorrida na década de 1990, Alves diz:

O “choque de competitividade”, que percorreu os governos Collor, Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso, tornou-se um traço marcante da “década neoliberal”. Desde o governo Collor constituíram-se diretrizes voltadas a dar maiores níveis de eficiência operacional, produtividade e competitividade próximas dos paradigmas internacionais. (2002, p.75)

Mais do que afetar determinados grupos detentores de capital, o projeto de modernização neoliberal nos países dependentes, incluindo o Brasil, resultou no seguinte contexto para a classe trabalhadora:

Despossuído, dilapidado, desqualificado, o ser social não consegue nem mesmo viver do seu trabalho. Converte-se, em largas faixas, numa classe sem trabalho, que vive da miséria da economia informal. Aqueles que permanecem no mercado de trabalho formal vivenciam níveis de subtração salarial, de superexploração do trabalho que tornam sua cotidianidade marcada pela escassez e pela redução crescente da satisfação de suas necessidades. Qualitativamente distinta do descontentamento de setores do capital, a rebeldia do mundo do trabalho encontra-se, entretanto, moldada por uma ação ultradefensiva, que se deve também à incapacidade e paralisia dos seus organismos de representação sindicais e políticos, que não sabem por onde caminhar. (ANTUNES, 2005, p.17-18)

Considerando todas as modificações impostas pela agenda neoliberal no Brasil durante a década de 1990, FHC chegou a ser comparado a Thatcher, um dos principais nomes do neoliberalismo, pela revista *The Economist*. A passagem comentada por Antunes no trecho abaixo expõe o quão brutal foram as transformações e retrocessos vivenciados no país pela classe trabalhadora.

Mas os quatro primeiros anos se passaram. Período que, para a insuspeita revista inglesa *The Economist*, é comparável à Era Thatcher. Aqui, ainda segundo a publicação, FHC realizou em quatro anos quase o mesmo que a *dama de ferro* levou doze para fazer. (ANTUNES, 2005, p. 39, grifo do autor)

Para compreendermos melhor as alterações observadas no mundo do trabalho, o próximo subcapítulo objetiva elencar aspectos importantes para o debate acerca da reestruturação produtiva implementada no Brasil e, principalmente, na indústria calçadista de Franca.

2.5. A reestruturação produtiva na indústria de calçados de Franca – SP e seus rebatimentos nas condições de trabalho dos sapateiros

O mundo do trabalho foi palco de intensas modificações sob o neoliberalismo, principalmente a partir da nova reestruturação produtiva, que no Brasil ocorreu de modo mais intenso na década de 1990. A implementação de novas tecnologias e de novos métodos organizacionais impulsionou as alterações ocorridas no âmbito da produção, resultando em um novo mundo do trabalho caracterizado por elementos como a redução da classe operária industrial, a intensificação da informalização e da precarização do trabalho. Em função disso, a

reestruturação produtiva pode ser considerada um dos principais fatores envolvidos na crise do sindicalismo.

Nesse sentido, buscamos trabalhar no presente subcapítulo alguns dos principais aspectos acerca da reestruturação produtiva sob a égide neoliberal, especialmente a ampliação da terceirização e a relocação industrial, uma vez que ambas são traços marcantes da indústria de calçados de Franca a partir dos anos de 1990. Para isso, apoiamo-nos no livro “O novo (e precário) mundo do trabalho: reestruturação produtiva e crise do sindicalismo” de Giovanni Alves e nas contribuições de Ricardo Lara no livro “Nas pegadas do sapateiro: 65 anos do STIC”, organizado por José Walter Canôas, como principal embasamento para a compreensão acerca da reestruturação produtiva no Brasil e, especificamente, na indústria de calçados de Franca.

Primeiramente, cabe assinalar que Alves (2000, p.31) considera o toyotismo como o momento predominante do complexo de reestruturação produtiva na era de mundialização do capital, e sua definição de toyotismo não se restringe à experiência da empresa Toyota, onde surgiu, tampouco às condições que possibilitaram seu surgimento no Japão na década de 1950. Aliás, o valor universal do toyotismo se dá justamente pela ampliação das condições encontradas em sua criação, no Japão, no contexto mundial da crise da superprodução, sendo a resposta para a pergunta “o que fazer para elevar a produtividade quando as quantidades não aumentam?” (ALVES, 2000, p.37). Segundo o autor,

Consideramos toyotismo o que pode ser tomado como a mais radical e interessante experiência de organização social da produção de mercadorias, sob a era da mundialização do capital. Ela é adequada, por um lado, às necessidades da acumulação do capital na época da crise de superprodução, e, por outro, ajusta-se à nova base técnica da produção capitalista, sendo capaz de desenvolver suas plenas potencialidades de flexibilidade e de manipulação da subjetividade operária. (2000, p.32)

Como pode ser observado no trecho acima, Alves compreende o toyotismo não somente como uma nova forma de organização da produção necessária após a crise superprodutiva, mas também como um importante mecanismo para a captação e constituição de uma nova subjetividade operária. Inclusive, esse é um dos principais aspectos de diferença entre o toyotismo e o taylorismo e fordismo, já que, segundo o autor, ainda que o objetivo dos três modelos seja a intensificação da acumulação do capital por meio da produtividade do trabalho,

o toyotismo possibilita uma nova forma de captura da subjetividade operária pela lógica do capital (2000, p.36), que visa o consentimento operário por meio da utilização não somente do seu “saber” e “fazer”, mas também de sua capacidade intelectual e afetiva (2000, p.54). Alves pondera, a partir de análises de Coriat, que o toyotismo buscou solucionar o problema estrutural do consentimento operário a partir da instalação da polivalência e plurifuncionalidade, enquanto o taylorismo-fordismo utilizou da parcelização e da repetitividade (2000, p.39).

Quanto à implementação da reestruturação produtiva no parque industrial brasileiro, Alves (2000, p.183-185) elenca como fatores determinantes desse processo o novo cenário de mundialização do capital, a abertura comercial intensificada no Brasil a partir de 1990 – colocando a indústria nacional em concorrência com o mercado mundial –, e as derrotas políticas da esquerda no âmbito nacional (nas eleições de 1989 e 1994) e internacional (com o desmantelamento da URSS), criando-se um ambiente propício para o avanço da hegemonia do capital na produção.

A indústria de calçados francana foi duramente atingida pelas medidas neoliberais colocadas em prática pelos governos de Collor e FHC, principalmente no que tange à liberalização comercial. Quanto a isso, Alves explica que, ainda que as primeiras medidas de abertura comercial tenham sido realizadas no governo Sarney, é sob o governo Collor que a abertura comercial se intensifica com o objetivo de modernizar a produção nacional frente ao panorama de competitividade mundial, sendo esse um dos principais pontos da agenda neoliberal (2000, p.186).

Após o Plano Collor 1, surgiu, em 26 de junho de 1990, um conjunto de medidas de política industrial denominado “Diretrizes Gerais para a Política Industrial e de Comércio Exterior” (PICE). As propostas, segundo a então ministra da Economia, Zélia Cardoso de Melo, tinham o objetivo de promover um processo de modernização, uma “ruptura com o passado”, uma mudança “de 180 graus” na rota da produção nacional, uma “grande revolução” – é o espírito do ajuste neoliberal. (ALVES, 2000, p.186)

Ainda de acordo com o autor, as diretrizes da PICE resultaram na redução das restrições às importações, expondo o país ao mercado mundial e tornando necessário o aumento da produtividade do parque industrial brasileiro para que as indústrias pudessem sobreviver em um ambiente de concorrência internacional. Na época, o então secretário nacional da Economia,

João Maia, afirmou que “quem não mudar vai ter que fechar as portas” (ALVES, 2000, p.187). Falando sobre esse contexto em sua tese de doutorado, Braga diz que:

O aumento imoderado da concorrência internacional e, da oferta mundial de bens e serviços, deve ter provocado tamanha pressão sobre os preços dos produtos, que para não comprometer ainda mais as margens e o lucro do capital, uma das alternativas adotadas foi aumentar a produtividade do trabalho e reduzir os custos da produção, isto é, *o ônus mais uma vez de todo o engodo globalizante foi transferido aos trabalhadores*. (2004, p.73, grifo nosso)

Para Alves (2000, p.224-226), no entanto, a recessão¹ vivenciada sob o governo Collor se colocou como um obstáculo à captura da subjetividade operária pelo capital. O autor argumenta que a profunda redução de custos realizada a partir da abertura comercial, feita principalmente por meio da contração da mão-de-obra, dificultou a constituição do discurso de cooperação e lealdade entre capital e trabalho.

Ainda assim, como mostra a passagem de Braga acima, a implementação da produção enxuta no Brasil proporcionou um aumento da produtividade por parte da indústria sem a necessidade de recorrer ao aumento da oferta de emprego, o que mostra que sua base foi a ampliação da superexploração do trabalho e do desemprego, provocando impactos também na força do sindicalismo classista (ALVES, 2000, p.228).

Segundo Alves, diferentemente do que ocorreu nos anos de 1980, quando houve uma reestruturação produtiva restrita, a década de 1990 foi palco do desenvolvimento do toyotismo sistêmico no Brasil, sobretudo a partir do Plano Real e dos governos neoliberais de FHC. Para o autor, o governo Collor – marcado pela recessão econômica, racionalização produtiva e aumento do desemprego – possibilitou não somente as condições macroeconômicas necessárias à implementação do Plano Real e a estabilização monetária, mas também as condições políticas e ideológicas para a implementação sistêmica do toyotismo no país (2000, p.197).

¹ De acordo com Alves, o Plano Collor resultou em um dos piores períodos de recessão no Brasil, sendo que “[...] o PIB atingiu um dos patamares mais baixos desde 1981 (menos 4,26%). Em 1991, o PIB foi de 1,08%; em 1992 houve uma queda de 0,83%” (2000, p.195). Além disso, cabe mencionar que a recessão experienciada durante os anos de 1991 e 1993 ocorreu principalmente nos polos industriais localizados na região Sudeste do país, onde se encontravam os setores de maior organização sindical (ALVES, 2000, p.197). Nesse contexto, inclui-se a indústria de calçados de Franca, que foi duramente atingida pelas medidas implementadas no governo Collor.

Braga menciona os seguintes aspectos do período neoliberal, em especial nos governos de FHC, que proporcionaram condições para a concretização da reestruturação produtiva no Brasil:

[...] O processo de reestruturação produtiva da economia brasileira baseou-se e sustentou-se nos alicerces da: desestatização da economia, que resultou da venda, isto é, da transferência de controle gerencial, acionário e patrimonial de empresas de natureza pública, para o capital privado (nacional ou estrangeiro); da desnacionalização da economia, resultante da venda e conseqüente transferência gerencial, patrimonial e acionário de empresas de origem privada para o capital estrangeiro, dos processos de fusão-aquisição, de realocização da indústria, e, daqueles processos suscetíveis de promoverem profundas mudanças nas estruturas das empresas com vistas acima de tudo de consubstanciarem o objetivo de redução dos custos da produção, tais como, os processo de terceirização e sub-contratação. (2004, p.137)

Em concordância com as análises de Braga, Lara considera a exposição da indústria brasileira à concorrência internacional o fator determinante para as transformações no processo de produção, mas também considera importante mencionar as ações do Estado neoliberal nesse período – como “a privatização do setor produtivo estatal (CSN, Embraer, Vale do Rio Doce), a reforma administrativa e previdenciária, a desregulamentação financeira e a flexibilização do mercado de trabalho” (2007, p.244).

No que se refere à flexibilização do mercado de trabalho, é essencial que se leve em conta as diferenças existentes entre o mundo do trabalho brasileiro e o encontrado nos países de capitalismo central anteriormente à implementação do neoliberalismo e de suas reformas. A ofensiva do capital ocorrida nesses últimos deteriorou as condições de trabalho e vida propiciadas pelo *Welfare State*, resultando no aumento do desemprego estrutural e na precariedade do trabalho, ao passo em que no Brasil já havia uma ampla flexibilidade estrutural marcada pela precarização do trabalho e dos salários (ALVES, 2000, p.240). Entretanto, mesmo com um mercado de trabalho já flexibilizado, em 1998, FHC promulga a Lei do Trabalho Temporário, aprofundando assim os problemas já existentes – e gerando novos revezes – a partir do aumento da precarização e da perda de direitos, como mostra Alves na seguinte passagem:

A Lei do Contrato de Trabalho Temporário, aprovada em 1998, permite a institucionalização do novo (e precário) mundo do trabalho no Brasil. Permite, por exemplo, às empresas, instaurar contratos de trabalho em que o percentual de recolhimento do FGTS cai de 8% para 2% sem aviso prévio, sem a multa de 40% sobre o FGTS e sem a estabilidade provisória em virtude de gravidez e exercício do mandato sindical. As horas extras poderão ser compensadas em prazo de até um ano, quando a legislação trabalhista atual estabelecia o limite de uma semana. (ALVES, 2000, p.246)

Para Alves, enquanto a captura da subjetividade operária faz parte dos nexos essenciais do toyotismo (2000, p.41), seus nexos contingentes se caracterizam pelo princípio da autonomia/autoativação, do *just-in-time/kanban* e pela série de inovações institucionais intrafirma, como as novas formas de pagamentos, e interfirmas, como a terceirização (2000, p.43). Ainda que todos os elementos pertencentes aos nexos essenciais e contingenciais do toyotismo façam parte do novo cenário de racionalização produtiva e resultem na maior precariedade do trabalho, o que nos interessa mais diretamente aqui é a questão da terceirização, uma vez que esta é uma das principais características presentes na produção de calçados em Franca, especialmente a partir da década de 1990.

Segundo esse mesmo autor (2000, p.202-204), tanto a terceirização quanto a deslocalização industrial fazem parte do processo de descentralização promovida pela reestruturação produtiva, e é um importante fator da racionalização na produção e da pulverização do trabalho coletivo, tendo rebatimentos significativos no movimento sindical. Ao analisar os benefícios da terceirização para o capital, Alves aponta que:

Diante de um cenário de competitividade (e instabilidade) do capitalismo mundial, sob a etapa da mundialização do capital, o incremento da estratégia da terceirização implica uma série de vantagens para o capital, tais como níveis ótimos de escala, redução dos custos administrativos, possibilidade de determinação ótima de custos e preços (tendo em vista que ocorreu a redução do número de processos e atividades), maior concentração em atividades estratégicas, tais como a logística da produção, planejamento, marketing, vendas, etc., e maior possibilidade de controle da gestão da produção, inclusive – e sobretudo – controle da força de trabalho, *reduzindo potenciais de luta entre capital e trabalho assalariado em razão da menor concentração de trabalhadores*. (2000, p.207, grifo nosso)

Como mostra o trecho acima, a terceirização não é vantajosa somente devido à redução de custos que proporciona no âmbito da produção (que acaba se tornando uma necessidade da

indústria em um cenário de abertura comercial e competição mundial), mas também devido à sua capacidade de dificultar a organização da classe trabalhadora ao fragmentar a produção e, conseqüentemente, reduzir a concentração dos operários em um único local de trabalho.

De acordo com Alves (2000, p.73-74), as modificações ocorridas na produção a partir da reestruturação produtiva geraram uma maior autonomia e poder de decisão do operário sobre os procedimentos presentes no processo produtivo – principalmente com a polivalência, cada vez mais exigida dos trabalhadores –, mas a concentração do capital segue progressivamente maior, e as decisões sobre os seus rumos mais exclusivas. Isso pode ser observado de forma mais clara com a terceirização, especialmente no que tange ao trabalho domiciliar, uma vez que o trabalhador segue produzindo conforme as demandas da empresa principal e sob suas condicionalidades de produtividade e pagamento.

Sobre os principais tipos de terceirização, tem-se o trabalho domiciliar, que é realizado por trabalhadores autônomos por meio de um processo de subcontratação mais comum em setores industriais tradicionais; as empresas fornecedoras de componentes e peças, que possuem sua produção independente mas voltada às empresas contratantes; a subcontratação para serviços de apoio, que geralmente ocorre no espaço das empresas contratantes a fim de prestar serviços especializados; a subcontratação de empresas ou trabalhadores autônomos nas áreas produtivas nucleares, que pode ser tanto no local da empresa contratante, quanto fora; e a quarteirização, quando uma empresa gere as atividades de outra já terceirizada (DRUK, 1999, p.157 apud LARA, 2007, p.254).

Ao tratar do trabalho invisível na indústria de calçados de Franca, Lara avalia que a terceirização no Brasil ocorreu como uma estratégia do capital frente ao cenário de competitividade internacional, buscando diminuir os custos da produção e culminando na ampliação do trabalho precarizado no lugar do trabalho formal (2007, p.252).

Teles (2001), por sua vez, observa a terceirização como um recurso adotado por parte dos empresários do setor calçadista de Franca a partir do período de dificuldade passado pela indústria na década de 1990, sobretudo se considerarmos os impactos da inserção brasileira no panorama de competitividade mundial tanto nas exportações quanto nas importações desse período. Segundo o autor, enquanto os trabalhadores não têm muitas opções diante desses períodos de crise, a classe patronal encontra na externalização de partes da produção a possibilidade de reduzir os custos e aumentar a produtividade.

A abertura comercial e as medidas econômicas postas em prática na década de 1990, assim como o aumento das importações de calçados, prejudicaram de tal forma a indústria calçadista franca que o período foi marcado pelo fechamento de fábricas e de postos de trabalho formal, resultando no aumento do desemprego e da informalidade (BRAGA, 2004, p.168). Gorini e Siqueira, ao abordarem a crise vivenciada pelo setor a nível nacional, afirmam:

Depois da implementação do Plano Real, o setor calçadista vem passando por uma série de dificuldades para se manter atuante nos mercados interno e externo. Internamente, entre as principais dificuldades destacam-se a baixa inovação tecnológica no setor e a concorrência com o produto importado. Externamente, o crescimento da concorrência asiática e também de países europeus, como Itália, Espanha e Portugal, ultimamente, tem absorvido parcela significativa do mercado brasileiro de sapatos. Some-se a isto o desenvolvimento de produtos sintéticos, que vêm substituindo os calçados de couro natural, base das exportações brasileiras de calçados. (2002, p.5 apud LARA, 2007, p.277)

É nesse contexto que ocorrem, como já mencionado, o fechamento de fábricas e, conseqüentemente, de postos de trabalho formais dentro da indústria de calçados na cidade de Franca, como mostram os seguintes dados:

Segundo o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Calçados, Confecções de Roupas, Saltos, Solas, Formas, Bolsas, Cintos, Luvas e Vestuário de Franca e Região, nos últimos sete anos foram fechadas na cidade de Franca 28 fábricas, totalizando o fechamento de 7.890 posto de trabalho na indústria calçadista local, somando-se ainda 2.300 postos de trabalhos fechados por motivo de redução, transferência e abertura de outras unidades em locais diversos, o que totalizou *a perda de 10.900 empregos*. Entre os anos de 1997 e 1999, segundo o mesmo sindicato, foram por motivos diversos, demitidos pela indústria de calçados local 21.623 trabalhadores, sendo que 39% foram demitidos só no ano de 1997. (BRAGA, 2000, p.195, grifo nosso)

Lara (2007, p.258) considera que a produção de calçados em Franca apresenta como características a presença do trabalho domiciliar (espaço onde ocorre de modo mais expressivo o uso da mão-de-obra feminina e mesmo infantil), o baixo investimento em inovações tecnológicas e a intensa exploração da força de trabalho. De acordo com Rinaldi (1987, p.37 apud LARA, 2007, p.296-297), a prestação de serviços à indústria calçadista – denominada

façonismo – teve seu primeiro registro por volta de 1947 a partir da produção de mocassim pela empresa Samello, quando a mesma repassou a costura dos calçados para o trabalho domiciliar.

Com a ampliação crescente da terceirização no setor, em especial a partir da década de 1990, consideramos que o principal elemento observado na reestruturação produtiva implementada na indústria de calçados é a ampliação da descentralização, tanto a partir da terceirização quanto por meio da deslocalização industrial, com vistas à redução de custos e a intensificação do uso de mão-de-obra barata.

No que tange à terceirização, a produção do calçado em Franca – dividida entre modelagem, corte, pesponto, costura, montagem, solado e acabamento (LARA, 2007, p.298) – possui alguns elementos que facilitam a descentralização produtiva, como a manutenção de aspectos artesanais no processo de produção, sem tanto investimento e uso de novas tecnologias, além da disponibilidade do pouco maquinário necessário para a realização do trabalho terceirizado (como na etapa do pesponto do calçado) em um valor baixo no mercado de segunda mão (GORINI, 2000, p.8-9 apud LARA, 2007, p.299).

Segundo Lara (2007), além da terceirização da etapa da costura (que observamos ter registros anteriores à década de 1990), as etapas do pesponto e do corte também foram amplamente terceirizadas nesse período. Tais etapas empregavam um grande contingente de trabalhadores dentro das fábricas, mas após a reestruturação produtiva passaram a ser realizadas nas bancas de pesponto e de corte, que são unidades de produção terceirizadas montadas tanto em locais fora do espaço doméstico quanto dentro das casas dos próprios trabalhadores. Sobre a terceirização dessas etapas da produção, um dirigente sindical faz o seguinte relato:

As empresas nos anos 90 para fugirem da competição internacional e da conjuntura econômica nacional, as que não faliram optaram pela redução de preço, levando máquinas para que os trabalhadores trabalhassem a domicílio, no trabalho em casa, isso aumentou muito e tomou dimensão muito grande e acarretou na diminuição muito grande na própria categoria. O setor de corte e pesponto foram terceirizados e era os setores que mais empregavam. (apud LARA, 2007, p.309)

Cabe mencionar que a ampliação da terceirização dessas etapas da produção para as bancas foi, em sua maioria, acompanhada da informalização do trabalho e da perda de direitos por parte dos sapateiros, uma vez que muitas bancas se mantêm na clandestinidade e não registram os trabalhadores, principalmente aquelas constituídas no espaço doméstico e com o

emprego de familiares e conhecidos. Além disso, o trabalho terceirizado no setor de calçados de Franca é fortemente marcado pelo emprego do trabalho feminino² e infantil³ – sendo esse segundo uma das principais pautas do STIC ao longo dos anos de 1990, como veremos no capítulo seguinte –, assim como pelas condições precárias e a extensa jornada de trabalho promovida pelo salário por produção.

Apesar dos fatores estritamente econômicos presentes na década de 1990 serem considerados os principais condicionantes para a intensificação da terceirização no setor, o seguinte relato de um empresário francano, recolhido por Teles em sua tese de doutorado, possibilita considerarmos um outro elemento:

Agora, foi o próprio conflito dos anos 80 que gerou a terceirização. Os movimentos sindicais foram tão fortes que as fábricas já não conseguiam administrar mais os funcionários que estavam muito concentrados. Foi necessário, então, diluí-los, descentralizá-los para enfraquecer os movimentos. E muitos daqueles funcionários acabaram virando microempresários e, hoje, passaram a pensar como os empresários. (2001, p.87)

Considerando a fala acima, podemos notar que a organização mais combativa por parte do movimento sindical durante os anos de 1980 (a qual será abordada mais afundo no próximo capítulo) foi crucial para a intensificação da terceirização nas indústrias de calçados de Franca. Portanto, não se tratava somente de uma estratégia a fim de enfrentar o momento econômico da época, como também um meio de promover a desmobilização da classe trabalhadora através da descentralização da produção e, conseqüentemente, da aglomeração de trabalhadores.

Além da terceirização, houve também a procura pela redução de custos com mão-de-obra na produção dos calçados com a flexibilização interna, que Braga (2000, p.170) afirma ter ocorrido por meio da redução de níveis hierárquicos dentro das fábricas, objetivando o aumento da produtividade com um contingente menor de trabalhadores.

² São discutidos aspectos importantes sobre o trabalho feminino na produção de calçados em Franca, especificamente na etapa do pesponto, na publicação: PRAZERES, Taísa Junqueira; NAVARRO, Vera Lucia. Na costura do sapato, o desmanche das operárias: estudo das condições de trabalho e saúde das pespontadeiras da indústria de calçados de Franca, São Paulo, Brasil. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v.27, n.10, p.1930-1938, out.2011. Disponível em <https://www.scielo.br/pdf/csp/v27n10/06.pdf>

³ Sobre o trabalho infantil, tem-se o seguinte artigo: SARTORI, Elisiane. Trabalho infantil em Franca: um laboratório das lutas sociais em defesa da criança e do adolescente. **Cad. Pagu**, Campinas, n.26, p.253-278, jun. 2006. Disponível em <https://www.scielo.br/pdf/cpa/n26/30393.pdf>

Como mencionado anteriormente, outro aspecto da descentralização produtiva observado no caso da indústria de calçados de Franca foi a deslocalização industrial, que é caracterizada pela transferência de fábricas localizadas na cidade para outras regiões, em especial para o Nordeste, onde o custo da força de trabalho é menor e não existe uma organização sindical de sapateiros consolidada e combativa como a encontrada no Sudeste do país (LOURENÇO; LIMONTI, 2017, p.76).

Com todas estas transformações implementadas na indústria nacional e, especificamente, no setor de calçados de Franca ao longo da década de 1990, os trabalhadores acabaram encontrando um cenário de intenso desemprego, além da precarização dos postos de emprego restantes devido à intensificação da exploração da força de trabalho com vistas ao aumento da produtividade no trabalho formal e, principalmente, no trabalho informal.

É nesse contexto que os sindicatos brasileiros acabam perdendo sua força, uma vez que a reestruturação produtiva ataca diretamente as bases de organização e de manutenção dessas entidades representativas. Com o aumento do desemprego, o poder de barganha dos sindicatos é bastante reduzido e a descentralização produtiva faz com que a organização dos trabalhadores seja mais complicada de se realizar, já que resulta na redução de empregados em um único local de trabalho, assim como intensifica a informalidade do trabalho por meio das terceirizações. Ao considerar esse novo mundo do trabalho e suas implicações para o sindicalismo, o próximo capítulo visa abordar a ação do STIC ao longo da década de 1990 diante das modificações realizadas sob o neoliberalismo e a reestruturação produtiva praticada na indústria de calçados de Franca.

3. A ASCENSÃO DO MOVIMENTO SINDICAL BRASILEIRO E A ATUAÇÃO DO STIC ANTE OS IMPACTOS DO NEOLIBERALISMO

Como pudemos observar no capítulo anterior, as medidas tomadas pelos governos neoliberais no Brasil ao longo da década de 1990 geraram impactos no mundo do trabalho e, consequentemente, nas condições de vida da classe trabalhadora. O movimento sindical também foi duramente atingido pelas transformações experienciadas nesse período, o que faz do neoliberalismo e da reestruturação produtiva elementos cruciais para se compreender a crise do sindicalismo brasileiro. Nesse sentido, o presente capítulo tem o objetivo de abordar aspectos importantes para o debate acerca das consequências do neoliberalismo sobre o sindicalismo brasileiro e, principalmente, sobre a ação do STIC.

3.1. A força do movimento sindical brasileiro na década de 1980

Antes de tratar sobre a situação do sindicalismo no Brasil e, especificamente, em Franca – SP durante a década de 1990, cabe retomar alguns elementos presentes ainda durante os anos de 1980 para compreender melhor as mudanças ocorridas no cenário sindical sob o neoliberalismo.

Desde o final da década de 1970, a crise estrutural do capital acabou gerando intensas modificações no mundo do trabalho, especialmente em países de capitalismo central. Para Antunes (1997, p.71), as mutações ocorridas no processo de trabalho e de produção tiveram impactos não apenas nas condições materiais da classe trabalhadora, como também em sua subjetividade. As repercussões de tal ofensiva do capital também puderam ser observadas nos mecanismos de representação dos trabalhadores, como é o caso dos sindicatos. Ainda de acordo com o autor, o sindicalismo acabou abandonando seu caráter de classe e tornando-se um sindicalismo de participação e de negociação, com uma prática defensiva, deixando de lado a perspectiva emancipatória e realizando discussões tendo como base a agenda e o ideário neoliberal. Falando sobre as mudanças no sindicalismo dos países centrais, Antunes aponta que:

[...] diminuíram as taxas de sindicalização, na(s) última(s) década(s), nos EUA, Japão, França, Itália, Alemanha, Holanda, Suíça, Reino Unido, entre outros países (Visser, 1993; Antunes, 1995; e Freeman, 1986). Com o aumento do fosso entre operários estáveis e precários, parciais, *reduz-se fortemente o poder dos sindicatos, historicamente vinculados aos primeiros e incapazes, até o presente, de incorporar os segmentos não estáveis da força de trabalho*. Houve, na década de 1980, redução do número de greves em vários países do centro. Aumentam os casos de corporativismo, xenofobia, racismo, no seio da própria classe trabalhadora (Bihr, 1991). Tudo isso permite constatar que o movimento sindical também encontra-se numa crise de proporções acentuadas. (1997, p.79, grifo do autor)

Diferentemente da situação de dismantelamento do poder sindical ocorrida nos países supramencionados, o sindicalismo brasileiro experienciava, desde o final dos anos de 1970, um período de grande avanço em suas lutas frente às problemáticas encontradas pela classe trabalhadora. Objetivando abordar aspectos mais gerais desse período, vejamos algumas análises de diferentes autores sobre o contexto geral do Brasil nos anos de 1980 e a ação sindical frente a este cenário.

Primeiramente, convém trazer algumas características que constituíram a década de 1980 e possibilitaram uma postura mais combativa do sindicalismo brasileiro. Nessa perspectiva, Cardoso (2003, p.34-37) elenca como elementos importantes a serem considerados: os sindicatos como uma das formas de resistência ao regime militar, principalmente compreendendo-se o novo sindicalismo como um meio de pressão sobre a ditadura ainda instaurada naquele período; a estrutura sindical corporativa presente desde o período varguista, possibilitando a manutenção financeira dos sindicatos via imposto sindical, assim como a existência de grandes sindicatos de burocracia ágil que possibilitaram a construção da CONCLAT¹ e da CUT em um curto período de tempo; a prática das empresas no sentido do uso de autoritarismo gerencial, alta rotatividade de mão-de-obra, extensa jornada de trabalho e baixos salários encontrada pelos trabalhadores no ambiente de trabalho; políticas de controle da inflação (ainda alta nos anos de 1980) pautadas na contenção de salários, ocasionando greves com demandas econômicas; taxas baixas de desemprego, possibilitando um maior poder de barganha por parte dos trabalhadores; contenção dos salários de servidores públicos devido à crise fiscal do Estado, o que impulsionou seus processos de organização

¹ Inicialmente utilizada para a realização da I Conferência Nacional da Classe Trabalhadora, em 1981, a sigla CONCLAT passou a se referir também a Coordenação Nacional das Classes Trabalhadoras, a partir de 1983, que no ano de 1986 construiu a Central Geral dos Trabalhadores, em oposição à CUT (RODRIGUES, 2009, p.1).

coletiva; e as estratégias sindicais de tipo “tudo ou nada”, possibilitadas pelo longo período de crise, assim como pelo apoio da população em geral.

O resultado disso foi um ambiente propício para a ação mais combativa por parte das organizações sindicais, uma vez que, em 1990, 56% dos eleitores viam os sindicatos como confiáveis, tendo avaliações melhores apenas a Igreja Católica (82%), do Judiciário (62%) e do rádio (56%), segundo dados obtidos em pesquisa do IBOPE (CARDOSO, 2003, p.37). Além disso, o número de sindicatos cresceu próximo de 50% até 1989, com orçamento global chegando perto de 1 bilhão de dólares utilizados no financiamento de ações de mais de 10 mil sindicatos, com 18 milhões de trabalhadores representados em mais de 30 mil negociações coletivas ocorridas pelo país (CARDOSO, 2003, p.33-34).

Na contramão do que ocorreu durante a década de 1980, o incentivo à filiação sindical era consideravelmente reduzido sob o sindicalismo corporativo dos anos de 1960 e 1970. Isso se dava pela limitação financeira com que os sindicatos pautados na prestação de serviços se defrontavam na tentativa justamente de prestar serviços aos trabalhadores, sendo mais vantajoso a manutenção de um determinado número de filiados. O baixo número de trabalhadores filiados também dificultava o surgimento de competição nas eleições sindicais, fazendo com que as diretorias de cariz corporativista se mantivessem liderando tais organizações. O novo sindicalismo, por sua vez, se utilizava de campanhas de filiação para criar a possibilidade de confronto às diretorias corporativas nas eleições sindicais (CARDOSO, 2003, p.211).

Componente indispensável para a força do movimento sindical enquanto ator político na década de 1980, o novo sindicalismo é definido pelas seguintes características:

[...] crítica à estrutura sindical e a defesa da livre negociação entre patrões e empregados, sem a ingerência do Estado; o afastamento do poder público da esfera das relações de trabalho; e, ao nível de organização, uma prática militante de base, buscando fortalecer o sindicato a partir das fabricas. (RAMALHO, 1997, p.98)

Como resultado de todos os elementos anteriormente mencionados, o sindicalismo brasileiro da década de 1980 pode ser resumido nos seguintes avanços:

Houve um enorme movimento grevista; ocorreu uma expressiva expansão do sindicalismo dos assalariados médios e do setor de serviços; deu-se continuidade ao avanço do sindicalismo rural, em ascensão desde os anos 70; houve o nascimento das centrais sindicais, como a Central Única dos Trabalhadores (CUT), fundada em 1983; procurou-se, ainda que de maneira muito insuficiente, avançar nas tentativa de organização nos locais de trabalho, debilidade crônica do nosso movimento sindical; efetivou-se um avanço na luta pela autonomia e liberdade dos sindicatos em relação ao Estado; verificou-se um aumento do número de sindicatos, em que sobressai a presença organizacional dos funcionários públicos; houve aumento nos níveis de sindicalização, configurando-se um quadro nitidamente favorável para o novo sindicalismo ao longo da última década (Antunes, 1991; Boito, 1991 e J. Rodrigues, 1991). (ANTUNES, 1997, p.80)

O avanço do novo sindicalismo pôde ser observado também no STIC, sindicato representante dos sapateiros da indústria calçadista de Franca. Formalmente fundado e reconhecido no início da década de 1940 sob as bases criadas pelo governo Vargas, o STIC passou por uma reformulação nos anos de 1980, seguindo os passos do que vinha sendo realizado pelo novo sindicalismo, principalmente no ABC paulista.

3.2. A fundação do STIC e seu processo de transformação

Visando compreender melhor a transformação ocorrida dentro do STIC, cabe retomar alguns elementos sobre a sua formação inicial e o seu funcionamento desde a década de 1940 até o início de 1980.

Canôas (2007, p.126-127) afirma que, previamente ao surgimento do primeiro sindicato em Franca, ocorreram dois momentos importantes para a organização da classe trabalhadora na cidade: a fundação da “União Operária de Franca”, em 1909, e da “Associação Beneficente do Trabalho”, que posteriormente foi palco da criação do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Construção Civil, em 1933. Poucos anos depois, em 1937, é criado o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Artefatos de Couros, que mais tarde seria desmembrado, possibilitando a fundação do STIC em 1941, o qual seria reconhecido em 1943. Ainda de acordo com o autor:

A criação dos sindicatos na cidade coincide com as medidas impostas pelo governo do presidente Getúlio Vargas, as quais visavam o seu atrelamento ao

Estado. A atuação destes sindicatos foi, então, marcada pelo modelo corporativista, com poucos associados e com o predomínio das ações de assistência social. Tal modelo, inspirado na ‘Carta Del Lavoro’ (1927) de Mussolini, e implantado no Brasil por Getúlio Vargas na década de 30, pregava a paz social e a colaboração de classes. Toda a estrutura sindical foi determinada pelo Estado, e sua ação deveria ser de colaboração, em busca da harmonia. (CANÔAS, 1993, p.32 apud OLIVEIRA, 2018, p.160)

Sendo assim, ainda que o STIC tenha sido criado a partir da organização autônoma de alguns sapateiros – tendo Luiz Magrin como seu principal percursor e liderança por mais de 10 anos –, as novas regulamentações do mundo do trabalho durante a ditadura varguista fizeram com que sua estruturação incorporasse as características mais comuns desse período, como o corporativismo e o peleguismo. Sobre a época em questão, tem-se o seguinte relato:

Os sindicatos eram muito débeis, dirigidos pela classe patronal. Todos os presidentes de sindicatos eram ‘pelegos’, eram comprados, subvencionados. Ganhavam salários para lutar contra o interesse da classe operária. Estavam junto da classe operária, mas não levantavam nenhuma reivindicação!

Ele [Luiz Magrin] era muito contra nós. Defendia muito o interesse dos patrões na época. Era contra greve e reivindicação da classe operária. (Antonio Vieira apud CANÔAS, 2007, p.133)

Assim como o sindicalismo brasileiro anterior à década de 1980, o STIC também era caracterizado pelo cariz corporativista, com baixas taxas de filiação e ação sindical pautada na mera administração burocrática e no assistencialismo, impossibilitando a realização de ações reivindicatórias com viés de classe. Além do comando de Luiz Magrin – getulista e fundador do diretório do PTB em Franca –, o sindicato teve como suas lideranças o também getulista Manuel Silveira e, desde o final da década de 1960 até o começo da década de 1980, Cristiano Roberto Pimenta, membro da ARENA local, o que fez com que o STIC mantivesse uma estratégia baseada na conciliação de classes e na subserviência à Ditadura Militar (CANÔAS, 2007, p.134-135; OLIVEIRA, 2018, p.161).

A respeito desse período são bastante interessantes os relatos feitos por Fábio Cândido e pelo padre Jerônimo F. de Souza (os quais participariam depois ativamente da Pastoral Operária):

O sindicato naquela época, no meu entender, nas avaliações que a gente fazia, tinha as assembléias esvaziadas, com no máximo 20 pessoas, onde vinham até policiais participar, onde à medida em que o trabalhador vinha participar e discutir as formas de encaminhadas as coisas, era denunciado nas fábricas e muitas vezes perdia emprego, conforme aconteceu comigo. Então, estava bem claro, com o Cristiano e antes dele, o que imperava dentro do sindicato era a vontade dos patrões. Era uma relação não de sindicato em defesa do trabalhador, mas uma relação de amigos – a diretoria do sindicato tinha uma relação amigável com os patrões. Eles não tinham nenhuma preocupação de mobilizar os trabalhadores; não tinham uma visão classista e sim apenas uma visão com interesses de conciliação de classe. Enfim, era um sindicato pelego, imobilista. (apud CANÔAS, 2007, p.136)

Eu posso dizer um pouco disso porque eu era sapateiro inclusive, antes de entrar na Igreja, quando eu estava dentro da fábrica, o Sindicato para nós era o local onde a gente cortava o cabelo, tratava de dente, mas nunca fui convocado, nunca me lembro, do período que eu fiquei sete anos trabalhando de sapateiro, nunca me lembro que o Sindicato tivesse convocado para uma assembléia por exemplo. Para discutir salário, na época de campanha ... na época que o sindicato sentava, simplesmente o presidente do Sindicato e alguns membros da diretoria iam até na fábrica, nas fábricas e combinava o salário. E a maioria das negociações era feita dentro da própria fábrica, de aumento de salário. Eu me lembro que eu participei de muita negociação direta com o patrão, a presença do Sindicato era praticamente inexistente. (apud OLIVEIRA, 2018, p.166)

Como mostram os depoimentos dos antigos sapateiros, observa-se que o STIC pré-1982 pautava sua ação na conciliação entre as classes, buscando sempre cooperar e negociar diretamente com os donos das fábricas, além de impossibilitar uma organização mais combativa por parte dos sapateiros. Segundo a fala de Fábio Cândido, os trabalhadores que tentavam se colocar de modo mais incisivo frente à postura apática do sindicato e aos desmandos dos patrões acabavam sendo denunciados e demitidos das fábricas. A coerção da classe patronal sobre os sapateiros – com o aval das diretorias pelegas que estiveram no comando do STIC desde sua criação – acabou reduzindo as possibilidades de organização dos trabalhadores, o que resultou na desproteção da categoria em um período de grandes dificuldades para a classe trabalhadora em todo o país.

Entretanto, ao acompanhar o movimento do sindicalismo nacional, modificações passam a ocorrer dentro do STIC logo no início da década de 1980, quando a chapa da oposição sindical consegue ser eleita para a diretoria do sindicato. Para que isso fosse possível, o papel da Pastoral Operária da Igreja Católica constituída em Franca foi de suma importância por ser o principal espaço de articulação dos sapateiros até a conquista do STIC em 1982.

Frente ao contexto de grandes dificuldades impostas aos trabalhadores nesse período, além da falta de uma representação mais combativa por parte das diretorias pelegas do sindicato, alguns sapateiros começaram a se articular no grupo da Pastoral Operária da Paróquia de São Benedito, localizada no bairro Boa Vista. O trabalho de formação realizado pela pastoral, iniciado em 1979 e oficializado somente em 1982, teve como princípio o incentivo à organização dos trabalhadores por parte do Pe. Juca, angariando a participação cada vez maior por parte dos trabalhadores francanos e impulsionando, assim, sua organização. Além de Pe. Juca, a formação feita pela pastoral ocorreu sob as orientações do Pe. José Garcia Netto e de Gilson Rodolfo Martins, militante da Pastoral Operária, historiador e oriundo do ABC Paulista (CANÔAS, 2007, p.138-140; OLIVEIRA, 2018, p.162).

Cabe mencionar que, de acordo com Rezende (2007, p.149), a vinda de Gilson Rodolfo Martins para Franca e sua inserção no MIF foram as origens da constituição do novo sindicalismo na cidade. Com base na análise feita por Tito Oliveira, o autor considera que a participação política de Gilson no município deu-se de forma coordenada pela Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo com o objetivo de ampliar os movimentos experienciados em São Paulo e no ABC.

A Pastoral Operária objetivava criar condições para que o trabalhador se visse enquanto sujeito histórico e se organizasse contra a exploração do capital, com vistas à transformação da sociedade por meio de um sindicalismo de classe e combativo em oposição ao que vinha sendo realizado pelos sindicatos de viés corporativista. Para isso, eram realizadas discussões com base em textos religiosos e políticos, incluindo análises marxistas (CANÔAS, 2007, p.139-40; OLIVEIRA, 2018, p.163). Sobre a atuação da pastoral nesse período, o operário Nelson Fanan fez o seguinte relato:

A Pastoral Operária foi o seguinte. O Gilson e o padre Juca falaram: “Oh, aqui tem muito sapateiro, muito operário, principalmente sapateiro. Vocês precisam convidar e começar a conversar com esses operários aí, baseando na bíblia, baseando naquela... Evangelho de Puebla que é muito assim aberto, e foi assim. E começamos a conversar dessa situação: situação política, regime militar e então na Pastoral Operária nós começamos a descobrir mais coisas. As torturas que estavam meio encoberto, tortura, é, nós ficou sabendo de livros que foi escrito. (...) Nós tínhamos uma sala lá no fundo da paróquia. Nós não podia se expor não, porque falava em política, falava em direito dos trabalhadores. Isso daí não podia falar muito isso não. Tava muito fechado, tava muito perseguido, aí todo mundo que você via, todo mundo calado. Só a Pastoral que estava ali falando, abrindo o olho. (apud OLIVEIRA, 2018, p.162-163)

A partir do relato acima, nota-se que o contexto político da época trazia grandes dificuldades para a organização dos trabalhadores, principalmente devido ao medo gerado pela Ditadura Militar ainda vigente, além da repressão exercida também pelos donos das fábricas que puniam com a demissão os trabalhadores que tentavam se articular de modo mais combativo. Mesmo assim, as lideranças presentes na Pastoral Operária se dispuseram a ofertar esse espaço de discussão aos trabalhadores francanos, em especial os sapateiros, para que pudessem se organizar politicamente com base na religião e na busca por melhores condições de vida e trabalho. E foi nesse ambiente que os sapateiros tiveram a oportunidade de debater temas relacionados ao mundo do trabalho, como a própria questão dos sindicatos, e, posteriormente, organizar uma chapa de oposição para disputar a diretoria do STIC.

O novo sindicalismo, representado principalmente pelos metalúrgicos do ABC paulista, foi uma forte influência para os sapateiros em contato com a Pastoral Operária, culminando na criação da chapa 2, que objetivava concorrer às eleições do sindicato em 1982 e, assim, iniciar um processo de transformação da organização em prol de uma ação mais combativa e com maior participação dos trabalhadores da indústria calçadista. Os relatos de Fábio Cândido e Jorge Luis Martins, ambos membros da chapa 2, mostram a importância dos movimentos operários do ABC para a organização dos sapateiros de Franca:

O que nos levou a participar do movimento sindical foi a necessidade, não muito consciente na época, mas no espírito de revolta que tínhamos dentro de nós mesmos de formar uma chapa de oposição contra a situação que estava aí, tendo por espelho os movimentos do ABC, que influíram enormemente para que a gente resolvesse participar da chapa de oposição na época. (apud CANÔAS, 2007, p.142)

A influência principal, vamos dizer assim, foi do ABC, foi dos metalúrgicos do ABC. Essa é a principal. E da Oposição Metalúrgica de São Paulo. [...] Nós vivíamos no meio desse pessoal, que participava no ABC e em São Paulo, e que era da Pastoral... Nossa referência era a Pastoral. Onde a Pastoral fosse a gente ia atrás [...]. (apud OLIVEIRA, 2018, p.166-167)

Ao abordar a relação entre os sapateiros de Franca e os trabalhadores do ABC, Oliveira afirma que o contato “era constante, com a realização de palestras e seminários, com a vinda de dirigentes pastorais e sindicais do ABC e São Paulo, bem como a divulgação de boletins e informativos, numa ampla discussão com a categoria” (2018, p.167).

A ligação dos sapateiros, organizados a partir da Pastoral Operária, com os sindicalistas do ABC foi essencial tanto para a criação da chapa de oposição quanto para sua manutenção em meio a um processo eleitoral repleto de dificuldades. Assim que foi registrada a chapa 2, seus membros sofreram pressões de todos os tipos, não apenas dos patrões e dos sindicalistas da então diretoria do STIC, mas também de alas conservadoras da Igreja e até mesmo de seus próprios familiares; ademais, a chapa de oposição não possuía as mesmas condições que a chapa da atual direção (que disfrutava da estrutura do sindicato e do apoio dos patrões), contando apenas com os recursos dos próprios trabalhadores e da Igreja (OLIVEIRA, 2018, p.167-168). No que se refere às dificuldades vivenciadas nesse processo, Antonio Vitor de Oliveira, membro da chapa de oposição, deu o seguinte depoimento:

Porque sempre tinha as eleições no Sindicato e sempre as pessoas formavam chapas, mas muitas vezes a chapa atual ela sempre falava nas cabeças dos colegas pra não votar naquela chapa. Mas quando nós fomos fazer a nossa chapa, que nós tivemos estudando (...) sobre leis trabalhistas, e foi tudo através de estudos que nós conseguimos. Porque muitas vezes o presidente atual falava assim: “Aquele grupinho lá de São Benedito, aqueles lá nunca vão ganhar de nós.” Em casa mesmo, a minha família falou, a minha mulher falou assim pra mim: “Convém você desistir do Sindicato porque vocês não vão ganhar nunca dele. O Sindicato já tá com 17 anos na mão do Cristiano e você não vai ganhar dele o Sindicato. Ele vai ganhar lascado”. Eu disse: “Ó minha velha, o negócio é o seguinte. Se é pra ganhar ou pra perder, eu tô na luta!”. (apud OLIVEIRA, 2018, p.169)

Como mostra o relato acima, o enfrentamento à então diretoria do sindicato dos sapateiros não era uma tentativa inédita, e os obstáculos postos pelos sindicalistas em conjunto com o patronato impediam o avanço de novas diretorias frente ao STIC, tanto que os próprios familiares dos trabalhadores desconsideravam a possibilidade de uma vitória sobre a chapa de Cristiano Pimenta. Foi a partir de tais adversidades que a relação com lideranças do sindicalismo do ABC e de São Paulo se tornou mais constante, o que foi essencial para a presença da chapa 2 nas eleições do STIC. De acordo com Oliveira (2018, p.168), foram realizadas conversas e orientações com vistas a acalmar membros da chapa diante das objeções encontradas e manter a disputa pelo sindicato, tendo como principal nome desse momento Toshio Kawamura, sindicalista do ABC que acabou se tornando assessor da chapa.

Com o apoio de representantes do novo sindicalismo do ABC e de São Paulo, e principalmente da Pastoral Operária, a chapa de oposição prosseguiu na disputa com bandeiras

de luta que abordavam tanto pautas da classe trabalhadora em nível nacional, como demandas específicas dos sapateiros da indústria calçadista de Franca. Entre elas, havia a defesa da liberdade e autonomia sindical; a redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais; salário mínimo calculado pelo DIEESE e aumentos salariais acima do custo de vida; salários iguais para homens e mulheres; melhores condições de trabalho; comissões de fábrica eleitas democraticamente; combate ao saturnismo² com pagamento de adicional de insalubridade, entre outros (CANÔAS, 2007, p.144-145).

Somado aos obstáculos previamente mencionados, a chapa 2 ainda teve de enfrentar a impugnação de doze de seus membros pela então diretoria do STIC, conseguindo manter sua participação no pleito somente por meio de uma medida liminar obtida na justiça. Ainda assim, a chapa de oposição saiu vitoriosa das eleições sindicais de 1982, contabilizando o total de 1.738 votos frente aos 1.119 votos angariados pela chapa 1. Ainda assim, os antigos diretores do sindicato tentaram, conjuntamente com o patronato, o embargo da posse da chapa 2 no Ministério do Trabalho, mas sem sucesso (CANÔAS, 2007, p.145; OLIVEIRA, 2018, p.168-169).

A vitória da chapa de oposição no processo eleitoral de 1982 foi um marco na história do STIC, uma vez que foi o momento da transição de um sindicalismo de cariz corporativista e submisso às vontades do capital para uma organização que visava representar e reivindicar as pautas da categoria por meio de uma perspectiva de classe. Alinhado ao que vinha ocorrendo no movimento sindical brasileiro, o STIC colocou em prática ações que visavam garantir aos sapateiros melhores condições de trabalho e de vida, principalmente no que tange a questões salariais.

3.3. A ação do STIC na década de 1980: uma experiência do novo sindicalismo

Segundo Canôas (2007, p.145-146), uma das primeiras ações da nova diretoria após sua posse, em outubro de 1982, foi contratar uma equipe – constituída por um advogado sindicalista e três assistentes sociais – para assessorar o sindicato, organizando cursos de formação sindical aos diretores. Ademais, no começo de 1983 deu-se início à primeira campanha salarial com o

² Refere-se a intoxicação causada pelo chumbo presente em tachas usadas na confecção de calçados. Buscando agilizar o processo de trabalho, muitos sapateiros colocavam as tachas na boca, possibilitando, assim, a ocorrência da intoxicação.

slogan “VAMOS TIRAR O SAPATO DO PATRÃO”, que proporcionou a aproximação dos sapateiros junto ao sindicato e serviu como momento de aprendizado para a nova diretoria e para toda a categoria, ainda que os avanços esperados no âmbito do acordo coletivo não tenham sido conquistados.

Ainda segundo esse mesmo autor, outro momento importante na história do STIC ao longo da década de 1980 foi a participação na greve de 21 de julho de 1983. Devido ao plano econômico do governo militar que reduzia os salários a 80% do índice INPC³, o movimento sindical organizou uma greve geral que contou com o apoio e divulgação do STIC por meio de atos públicos e panfletagens, culminando na paralização de mais de 6.000 sapateiros no dia da greve, a realização de uma grande passeata e a prisão de diversas lideranças do sindicato, resultado da repressão sofrida na época, deixando a coordenação do sindicato momentaneamente nas mãos do Pe. Jerônimo Francisco de Souza (CANÔAS, 2007, p.146-147).

Em agosto de 1983, uma delegação de Franca participa do primeiro CONCLAT, momento em que ocorre a fundação da CUT, que passa a ter em sua direção nacional a participação de Jorge Luis Martins, diretor do STIC. No mesmo ano houve uma nova campanha salarial que angariou um piso salarial acima do salário mínimo vigente na época e iniciou as discussões sobre a redução da jornada de trabalho da categoria. Também ocorreu a criação do boletim “O Sapateiro”, utilizado para ampliar o contato do sindicato com a base, desenvolver e divulgar debates acerca do mundo do trabalho, além de ser um canal para as denúncias dos sapateiros (CANÔAS, 2007, p.147; OLIVEIRA, 2018, p.172).

Canôas (2007, p.147-148) aponta que, no ano de 1984, houve o primeiro comício pelas Diretas Já em Franca, organizado pelo STIC em conjunto com o PT e o Diretório Acadêmico da UNESP Franca, e a realização do 1º Congresso dos Sapateiros de Franca, em Claraval - MG, contando com a participação de 200 trabalhadores de diferentes fábricas, onde foram discutidos problemas referentes ao mundo do trabalho dos sapateiros e encaminhamentos para a organização da categoria.

De acordo com o autor, após o congresso realizado em 1984, a categoria iniciou a campanha salarial de 1985 mais preparada, fazendo com que esse se tornasse um dos principais

³ Ao calcular a variação de preços da cesta de consumo da população assalariada, o INPC tem como objetivo a correção do poder de compra dos salários. Sendo assim, a redução dos salários a 80% do índice resultaria em uma drástica queda no poder de consumo dos trabalhadores, principalmente em um período marcado pelas altas taxas inflacionárias e constantes mudanças nos preços dos produtos.

acontecimentos da história do STIC e dos sapateiros de Franca. No período, boa parcela dos trabalhadores recebiam o piso como salário e as pautas econômicas tornaram-se a principal discordância entre a categoria e o patronato, que não entraram em acordo e, assim, foi votada em assembleia a realização de uma greve geral no dia 1º de fevereiro de 1985. Na data em questão houve a paralização por parte de muitos trabalhadores, além de uma grande passeata pela cidade; a repressão foi imediata e intensa, ocorrendo agressões à trabalhadores e a prisão de diretores do sindicato. No mesmo dia houve a depredação de diversas fábricas de calçados como demonstração da revolta dos sapateiros e, por ordem do então Ministro do Trabalho, Murilo Macedo, foi decretada a intervenção sobre o STIC, com a cassação dos direitos sindicais dos diretores Fábio Cândido, Jairo Ferreira, Jorge Luis Martins e Rubens Aparecido Facirolli. Com a vinda do então Secretário do Trabalho do Estado de São Paulo, Almir Pazzianotto, à Franca, os diretores do sindicato conseguem ser libertados e Fábio Cândido, presidente do sindicato na época, encaminha um acordo que propunha a volta ao trabalho, aprovado na assembleia do dia 3 de fevereiro de 1985. Com o fim do governo militar, Pazzianotto revoga a cassação dos diretores do STIC e o devolve à diretoria, mas sem a restituição de diversos documentos do sindicato que foram apreendidos durante a auditoria imposta pelo Ministério do Trabalho (CANÔAS, 2007, p.148-149).

Prosseguindo com sua análise sobre a ação do STIC na década de 1980, Canôas (2007, p.149-150) afirma que a campanha salarial realizada em 1986, após nova vitória da chapa de Fábio Cândido nas eleições de 1985, seguiu um rumo diferente. Realizada a partir de reuniões feitas nos bairros, a campanha angariou conquistas não somente referente aos salários da categoria, mas também à redução da jornada de trabalho de 48 horas semanais para 46 horas. No mesmo ano, frente ao Plano Cruzado e seus impactos sobre os salários, a categoria, por meio de uma assembleia que contou com a presença de mais de 8.000 trabalhadores, decide por realizar uma nova greve iniciada no dia 11 de abril, que durou mais de quinze dias (mesmo sendo considerada ilegal pelo TRT) e contou com a presença de Lula e de lideranças estaduais e nacionais da CUT. Conforme foram sendo realizados acordos por fábrica, os sapateiros conquistaram a manutenção dos níveis salariais acordados previamente ao plano econômico.

Ao final de 1986, foi convocada uma nova greve geral, a nível nacional, ante a política econômica do governo federal, para o dia 12 de dezembro. Na data, o STIC e outros sindicatos presentes na cidade paralisaram suas atividades, suspendendo o funcionamento de fábricas, transporte público e comércio (CANÔAS, 2007, p.151).

Já em 1987, a campanha salarial da categoria conquista a redução da jornada de trabalho, que passa a ser de 45 hora semanais, além de um piso salarial superior ao salário mínimo da época. O cenário de conquistas não é encontrado na campanha de 1988, uma vez que a classe patronal oferece um reajuste salarial abaixo da inflação acumulada na época, fechando um acordo que aumentava os salários em 37% frente uma taxa inflacionária de 364,72%, mesmo após nove dias de greve dos sapateiros (CANÔAS, 2007, p.151-152).

Ainda em 1988, ocorreram duas vitórias importantes: a reeleição da diretoria do STIC, agora com Jorge Luis Martins como presidente, e a eleição de quatro vereadores do PT nas eleições municipais, sendo dois deles Fábio Cândido (que se tornou o vereador mais votado na história de Franca) e Valter Gomes, ambos diretores do sindicato dos sapateiros. Além da participação de diretores do STIC na política municipal, Jorge Luis Martins torna-se presidente da CUT – Regional Interior 2 em 1987 e Rubens Aparecido Facirolli participa da coordenação geral do recém-criado Departamento do Vestuário da CUT (CANÔAS, 2007, p.152).

Tais acontecimentos referentes ao movimento sindical ao longo da década de 1980, principalmente no que tange ao sindicato dos sapateiros de Franca, demonstram as alterações ocorridas a partir do novo sindicalismo e a força adquirida pelos trabalhadores na luta em prol de condições melhores de trabalho e de vida.

Como foi abordado anteriormente, as estratégias dos sindicatos de cariz corporativista estavam alinhadas às vontades da classe patronal, pautando suas ações meramente no âmbito burocrático do sindicato e na oferta de serviços de viés assistencialista, como atendimento médico, odontológico e cortes de cabelo gratuitos. As diretorias pelegas não apenas reduziam a ação dos sindicatos à oferta de tais serviços, como buscavam dificultar a participação dos trabalhadores no cotidiano da organização e nas negociações, mantendo as taxas de filiação sempre baixas e utilizando-se de diversos meios para cercear o levante de oposições a esse tipo de sindicalismo, como mostra de modo bastante explícito o caso do STIC nas eleições de 1982. Ainda que houvesse a perseguição de trabalhadores que questionavam as condições de trabalho, o contexto político-econômico da época e os sindicatos de cariz corporativista, o novo sindicalismo emergiu no Brasil como um novo modo de pensar e de agir nos sindicatos, buscando a participação cada vez maior dos operários nas decisões de suas entidades de representação a partir de uma perspectiva de classe, o que resultou na realização de intensas ações reivindicatórias – com destaque para as greves gerais e por categoria – principalmente ao longo da década de 1980.

Portanto, é possível perceber que, diferentemente do que vinha acontecendo com o movimento sindical dos países do centro, os anos de 1980 foram de bastante força para o sindicalismo nacional, e o STIC é um exemplo importante desse momento. Sem uma representação efetiva desde o seu surgimento na década de 1940, o sindicato dos sapateiros passou, nesse período, por uma transformação crucial para sua história a partir de duas influências importantes da época: a Pastoral Operária e o novo sindicalismo praticado no ABC paulista, que não apenas serviram como exemplo para a organização de sapateiros insatisfeitos com suas condições de trabalho, mas auxiliaram de forma prática na criação da chapa de oposição que possibilitou a modificação da postura do STIC a partir de 1982. Com todo esse movimento em prol da formação política dos trabalhadores e a vitória da chapa 2 nas eleições do sindicato, uma nova forma de fazer o sindicalismo foi colocada em prática na cidade de Franca, uma vez que o STIC se tornou carro-chefe do movimento sindical no município.

Ainda que as lutas desse período estivessem bastante atadas aos debates salariais, considerando as dificuldades vivenciadas pela classe trabalhadora e a repressão praticada contra aqueles que se articulavam de modo mais ativo contra os desmandos do capital, principalmente pelo regime ditatorial ainda vigente no Brasil durante o surgimento do novo sindicalismo, o período de 1980 foi marcado por grandes avanços para o movimento sindical brasileiro e para os sapateiros de Franca, sobretudo no que tange à organização de trabalhadores que anteriormente viam os sindicatos apenas como espaços para a obtenção de informações básicas referentes ao trabalho e de serviços de cariz assistencialista. Entretanto, a década seguinte trouxe grandes mudanças no processo de produção e nas políticas governamentais, o que alterou drasticamente as bases para a ação dos sindicatos.

3.4. O STIC ante os impactos do neoliberalismo nos anos de 1990

Embora o movimento sindical tenha experienciado um período de consideráveis avanços, as novas tendências econômicas, políticas e ideológicas vindas do exterior (em especial, dos países centrais) acabaram adentrando o país, principalmente ao final da década de 1980, e impactando a ação sindical brasileira tal como já se tinha observado em outros países. Para Antunes (1997, p.80), essas mudanças levaram o novo sindicalismo a se tornar mais defensivo, enquanto emergia um tipo de sindicalismo neoliberal, tendo como sua maior representação no país a FS, central sindical criada em 1991. No que se refere à CUT, o autor

reafirma o quadro preocupante do sindicalismo brasileiro, considerando também o abandono cada vez mais constante das concepções socialistas e anticapitalistas por parte das suas lideranças em prol de uma postura de maior acomodação dentro da ordem do capital.

Alves (2009), por sua vez, considera que houve uma clara cisão do que ocorreu na década de 1980 com as práticas sindicais durante a década seguinte, tanto na quantidade de greves realizadas quanto no seu teor. Além de uma redução significativa de greves logo no começo dos anos de 1990 – cenário que começa a mudar a partir de 1993, ainda que com a participação de uma quantidade menor de grevistas –, a dimensão das greves foi transformada ao não serem mais realizadas com foco em categorias inteiras, mas sim no campo das empresas. Somado a isso, tem-se o novo conteúdo das ações grevistas nesse período, como mostra o seguinte trecho:

[...] no período, crescem as greves por não cumprimento de direitos trabalhistas, demonstrando o avanço paulatino do processo de precarização do trabalho em categorias assalariadas organizadas (segundo o DIEESE, ao lado dessas, crescem, no período de 1993 a 1999, as greves: por emprego, de 12% para 28%; pela jornada de trabalho, de 3% para 10%; e por motivo sindical, de 5% para 10%) (DIEESE, 2002). (ALVES, 2009, p.192)

Como mostramos no capítulo anterior, o avanço do ideário neoliberal ocorreu de modo mais incisivo no Brasil ao longo dos anos de 1990, principalmente sob os governos de FHC, modificando, assim, as condições para a organização da classe trabalhadora.

Cardoso (2003, p.39-44) lista alguns elementos que constituem esse novo momento encontrado pela organização sindical durante a década de 1990. Primeiramente, o autor menciona que o aprofundamento da democratização no país reduziu a eficácia do teor contestatório da luta sindical, em contraste com o que ocorreu quando se combatia o que era visto como um “sistema político ilegítimo”. Entre os principais fatores envolvidos nesta mudança estão a participação dos partidos de esquerda em eleições formais com o apoio do movimento sindical, assim como a eleição de Collor e FHC com grande apoio popular.

O segundo fator foi o importante papel desempenhado pela reestruturação industrial pautada na inserção de novas tecnologias e formas de organização com vistas à produção enxuta, racional. De acordo com Cardoso, um dos principais aspectos da reestruturação produtiva é a transferência do controle de qualidade na produção diretamente aos trabalhadores, potencializando seu engajamento voluntário com vistas ao aumento da produtividade, o que faz

com que os problemas na produção sejam resolvidos internamente, sem a participação dos sindicatos. Assim, o local de trabalho passa a ser organizado pela lógica da cooperação entre trabalhadores e gerência.

O terceiro elemento presente no novo mundo do trabalho e na crise do sindicalismo é a intensificação da terceirização, uma vez que a base do movimento sindical estava justamente nas fábricas de grande porte com uma considerável concentração de trabalhadores em um único local. Tomando o setor automobilístico como exemplo, Cardoso observa que:

Em 1980, por exemplo, a planta da Volkswagen em São Bernardo do Campo produzia 100 mil carros por ano com 30 mil trabalhadores. A nova planta da General Motors em Gravataí, no Rio Grande do Sul, emprega apenas 1.200 trabalhadores diretos, mas pode montar 140 mil automóveis por ano, juntando partes produzidas em sistema modular ou trazidas às linhas de montagem por terceiros de diferentes partes do país. (2003, p.42)

Um quarto fator esteve no fato de que, diferentemente do quadro encontrado nos anos de 1980, na década de 1990 houve uma drástica redução das taxas de inflação a partir do Plano Real, além da redução do emprego formal, com o desemprego crescendo devido à reestruturação produtiva e à privatização das estatais, e esses fatores acabaram reduzindo a principal base de ação dos sindicatos. Segundo Cardoso:

As condições favoráveis de alta inflação e baixo desemprego foram substituídas por baixa inflação com alto desemprego e informalização, introduzindo um componente de insegurança no trabalho, no emprego e na renda que reduz severamente a propensão dos trabalhadores à ação coletiva. (2003, p.43)

A luta frente aos planos econômicos que visavam o controle da inflação com base na contenção de salários era parte significativa da ação sindical. Conforme Cardoso (2003, p.51), “a inflação explosiva e as tentativas frustradas de domá-la baseadas na contenção de salários foram combustíveis poderosos num ambiente bastante favorável à ação de massa”, o que culminou num contexto em que “o movimento sindical verteu-se em representante-chave dos interesses e/ou da insatisfação popular em geral”. Todavia, a situação não foi a mesma a partir da implementação do Plano Real – o qual possibilitou a redução das taxas de inflação e

alavancou FHC ao cargo de Presidente da República com considerável apoio popular —, rompendo, assim, com essa importante pauta do sindicalismo.

Para finalizar, Cardoso ainda constata a redução da mobilização dos servidores públicos devido ao sucateamento dos serviços e os ataques do governo e da mídia, responsabilizando os trabalhadores pela baixa qualidade dos serviços sociais prestados à população.

Para além dos elementos acima mencionados, um acontecimento importante no sindicalismo brasileiro foi o surgimento da FS em 1991. Essa central estava na contramão do que vinha sendo feito dentro do movimento sindical brasileiro por meio da CUT, não apenas apoiando os governos de Collor e FHC e suas políticas neoliberais (como a privatização das empresas estatais), mas também agindo de modo ativo com vistas à flexibilização do mercado de trabalho, formulando projetos de lei, aprovados entre 1995 e 1999, que possibilitaram a jornada de trabalho flexível, contratos temporários de trabalho e demissão temporária (CARDOSO, 2003, p.65).

Sobre a proximidade da FS com o governo, principalmente o de FHC, e a implementação de projetos de lei visando a flexibilização do mercado de trabalho, Cardoso (2003, 66-67) afirma que, ao colaborar com o neoliberalismo em prol da obtenção de recompensas à sua lealdade, a FS acabou recebendo a autoria de projetos pensados pelo próprio governo. Entretanto, por mais que essa postura colaborativa resultasse em benefícios políticos para as lideranças da FS, as reformas neoliberais atacavam diretamente os trabalhadores representados pela central e, conseqüentemente, sua base de organização.

Diferente do que pôde ser observado no caso da FS, a CUT vinha carregando uma postura combativa, de oposição, desde o seu surgimento na década de 1980. Ao invés de apoiar e até mesmo colaborar ativamente com os governos, como fez a FS, a CUT “adotou a tática de pressionar a partir de fora: demonstrações públicas, greves gerais, ocupação de terras improdutivas etc.” (CARDOSO, 2003, p.62). A partir dos anos de 1990, porém, principalmente por meio do surgimento das Câmaras Setoriais, iniciou-se um processo de transformação na tática da CUT:

[...] Pela primeira vez, a CUT decidiu participar de mecanismos de formulação de políticas públicas internamente ao aparato estatal, confrontando-se com outros partícipes (incluindo representantes da FS, do Estado e do capital) com demandas não maximalistas, contrariamente à tática da década anterior. Reforma agrária, dívida externa, FMI, tudo isso sumiu da agenda cutista

durante seu curto período como co-ator nas Câmaras. Fernando H. Cardoso não levaria as câmaras adiante, e elas morreriam melancolicamente na segunda metade de 1995. Ainda assim, a CUT e o PT demandariam seu retorno ao longo de toda a década, indicando uma mudança efetiva em sua estratégia política mais geral. A decisão pela participação teria um forte impacto sobre as táticas futuras da CUT. (CARDOSO, 2003, p.63)

A abertura da CUT a novas estratégias de ação sob a agenda neoliberal, no entanto, não impediu a realização de ações que visassem o confronto com governo por fora, como era o caso das greves e protestos, principalmente com a perda de apoio do governo FHC ao longo de seus mandatos. Retomando algumas dessas ações, Cardoso (2003, p.71-71) lista a greve geral real contra o desemprego, realizada com a CGT e a FS em 1996; a “Jornada Nacional contra o Desemprego”; o “Dia Nacional de Luta em Defesa do Brasil”; a “Marcha dos 100 mil”; e a retomada de greves ao longo de 1999 conjuntamente com motoristas de caminhão, petroleiros, metalúrgicos, servidores públicos e bancários. Ainda assim, o autor afirma que “as centrais sindicais mostraram-se incapazes de oferecer alternativas viáveis às políticas neoliberais que [...] erodiram suas bases de sustentação” (CARDOSO, 2003, p.73).

Os obstáculos encontrados pelo movimento sindical brasileiro nesse período não foram diferentes dos enfrentados pelo sindicato dos sapateiros, principalmente devido aos impactos das medidas econômicas implementadas pelos governos de Collor e FHC sobre a indústria de calçados de Franca.

Como mencionamos no capítulo anterior, um dos principais motivos para a modificações ocorridas na produção de calçados foi a inserção do Brasil no cenário de concorrência mundial, o que resultou na redução das exportações dos calçados nacionais e o aumento da importação de calçados produzidos em outros países com o custo mais baixo. Logo em 1990, sob o governo Collor, os efeitos dessa circunstância foram observados na cidade por meio do fechamento de fábricas e o crescimento do desemprego. Frente a esse panorama, em dezembro do mesmo ano, o STIC elaborou e enviou a lideranças governamentais um pedido que objetivava reduzir a problemática do desemprego com a criação de frentes de trabalho e a estabilidade no emprego, além do amparo aos trabalhadores desempregados com propostas de seguro-desemprego integral e por período indeterminado; isenções de impostos; passe-livre e distribuição de cestas básicas. A partir disso, representantes do sindicato se reuniram com Maurício Ribeiro Sandoval (PTB), então prefeito de Franca, para discutir possíveis ações da

prefeitura ante a ampliação do desemprego, ao passo em que o STIC buscasse realizar um levantamento sobre os trabalhadores desempregados.

Oliveira constata que o sindicato dos sapateiros buscou ampliar sua ação para além da representação dos associados e passou a incluir em suas pautas as demandas dos trabalhadores em situação de desemprego, que foi crescente durante os anos de 1990. Como exemplo disso, o autor menciona a campanha salarial de 1991 no seguinte trecho:

Foi uma ação que ocorreu concomitantemente à campanha salarial dos sapateiros de 1991. [...] Nos momentos de negociação de perdas salariais (fora da data-base) e nas campanhas salariais, eram sempre encaminhadas as demandas levantadas nos debates com os desempregados. No ano seguinte, o STIC adotou a mesma estratégia de 1991, ao tratar das reivindicações dos desempregados de modo simultâneo à Campanha Salarial: frente de trabalho, ônibus gratuito, cessão de cestas básicas e isenções de impostos e taxas municipais e estaduais. Estava sendo criado o Fórum Contra a Recessão, responsável por passeatas na cidade, caravanas para São Paulo e negociações com o poder público local [...]. (2002, p.160-161 apud OLIVEIRA, 2013, p.189)

Acerca da referida campanha salarial, cabe mencionar os rebatimentos das ações do governo federal no âmbito econômico sobre esse momento, uma vez que as negociações entre os sapateiros e a classe patronal foram afetadas pelo anúncio do Plano Collor II pouco antes de um acordo ser finalizado, fazendo com que a categoria considerasse a realização de greve para a manutenção da proposta feita pelos patrões e aprovada em assembleia anteriormente ao anúncio do novo plano, que previa reajuste total de 84%, piso salarial de Cr\$ 30 mil e abono escolar de Cr\$ 10 mil para cada filho em idade escolar (SAPATEIROS..., 1991, p. J-3).

Ainda em 1991, a questão do desemprego era pautada pelo STIC em reunião com um grupo integrado por empresários, trabalhadores e poder público, na qual o sindicato propôs não somente a estabilidade no emprego pelo período de 30 dias, como também a redução do preço de produtos de cesta básica, que posteriormente foi rejeitada pelos supermercados. Apesar da indústria calçadista ter retomado as contratações ao longo do primeiro semestre, no final de 1991 ocorreram novos fechamentos de fábricas e, conseqüentemente, a demissão de contingentes grandes de trabalhadores, como foi o caso da empresa Makerli, que em dezembro anunciou o encerramento de suas atividades, colocando em aviso prévio mais de 400 funcionários.

Antes de prosseguir com os acontecimentos dos anos seguintes, é importante ressaltar o caso da Makerli, pois o anúncio de seu fechamento resultou na construção de um importante movimento de autogestão da empresa por parte de seus funcionários e que contou com o auxílio do STIC. A empresa, que na década de 1980 chegou a empregar mais de 700 trabalhadores, pertencia ao Grupo Sândalo, que diante de problemas internos e de um cenário de crise no setor de calçados decidiu dar fim à Makerli, mesmo com uma gama de clientes ativos e pedidos a serem produzidos, lançando ao desemprego os mais de 400 funcionários que mantinha em 1991. Frente ao anúncio de mais demissões em um momento já marcado pela crise no setor e o crescente desemprego, os trabalhadores da empresa, em conjunto com o sindicato, paralisaram suas atividades por alguns dias, quando deu-se início às discussões sobre a proposta de autogestão elaborada por funcionários que participavam da parte administrativa da Makerli, o que inicialmente gerou uma resposta negativa por parte dos sapateiros (FARIA, 1997). Oliveira, ao abordar a atuação do STIC nesse processo, relata:

O STIC, num primeiro momento, discordou dessa proposta, principalmente pelo fato dela ter surgido de pessoas da direção da fábrica. Temiam que essa fosse uma alternativa patronal para não pagar os direitos trabalhistas dos seus funcionários, transferindo a responsabilidade da empresa para os trabalhadores. Após alguns debates internos foi vislumbrada a possibilidade da concretização de um ideal utópico defendido pelos diretores do STIC: o controle social dos meios de produção, com a constituição do que seria a fábrica de trabalhador. (2002, p.162 apud OLIVEIRA, 2013, p.192)

Visando colaborar com os trabalhadores ante a possível autogestão da Makerli, o sindicato solicita ao DIEESE a realização de uma auditoria sobre a situação da empresa antes de passá-la para as mãos dos trabalhadores, além de participar de outros momentos da construção desse novo movimento que se constituía na cidade. Todavia, conforme foi concretizada a passagem da empresa para a gestão dos seus antigos funcionários, mantendo a estrutura hierárquica de outrora, o STIC se distanciou do cotidiano da nova Makerli e passou a atuar principalmente em momentos de crise com o objetivo de colaborar com a manutenção dos empregos, o que pode ser observado no seguinte depoimento de Eurípides Pimenta, modelista e participante do conselho deliberativo da empresa:

Eu acho que nada disso se concretizaria sem o apoio do sindicato, sem a ajuda do sindicato. Todas as crises, depois também que se concretizou a idéia, mas... todas as crises, todos os problemas que aconteceram, o sindicato estava lá para

apoiar, sempre disposto a ajudar a gente, e nunca deixou a gente na mão. (apud FARIA, 1997, p.104)

A nova Makerli encerrou suas atividades após três anos de autogestão, e mesmo sendo um importante exemplo da luta dos trabalhadores, assim como do sindicato, frente ao crescente desemprego da época, essa experiência foi marcada por diversos problemas e contradições⁴. No que tange à participação do STIC nesse processo, Oliveira faz a seguinte avaliação:

Após os primeiros debates com os trabalhadores, e o estudo feito por técnicos do DIEESE, que confirmaram a viabilidade do intento, os dirigentes do STIC optaram por distanciar-se do gerenciamento do projeto. Para os sindicalistas, a vinculação direta do sindicato poderia descaracterizar de certo modo a experiência autogestionária. [...] Esse foi, conforme atestam todos os dirigentes sindicais do STIC o maior erro e talvez um dos responsáveis pelo fechamento da empresa, anos mais tarde, em 1995. O distanciamento do STIC da condução direta do projeto e a liderança administrativa sob responsabilidade dos antigos gestores da empresa contribuíram de forma decisiva para a permanência de estrutura hierárquica dentro da fábrica, com os sapateiros (associados) submissos quase sempre à opinião e comando dos diretores da empresa. [...]. (2002, p.165 apud OLIVEIRA, 2013, p.194)

Prosseguindo com o levantamento de outras ações do STIC, no ano de 1992 foi aprovado um acordo que previa algumas conquistas pontuais para a categoria diante do cenário de crise na indústria – como o reajuste sobre os salários e a redução do contrato de experiência de 90 para, no máximo, 60 dias – em assembleia organizada pelo sindicato que contou com a presença de cerca de 4 mil sapateiros (SAPATEIROS..., 1992, p.8-3). O STIC também se fez presente, em 1992, nas manifestações populares contrárias ao governo de Collor, puxando a realização de ato *pró-impeachment* na cidade de Franca em consonância com todo o movimento vivenciado no país durante esse período.

Já no ano de 1994, o sindicato pautou diferentes temas que impactavam as condições dos sapateiros. Inicialmente, na campanha salarial o sindicato buscava, além de aumentos reais de salários, a redução da jornada de trabalho de 44 para 40 horas semanais como um meio para ampliar a oferta de trabalhos no setor. Em março do mesmo ano houve a paralização de cerca

⁴ A dissertação de mestrado de Faria (1997), intitulada “SE A COISA É POR AÍ, QUE AUTOGESTÃO É ESSA? Um estudo da experiência “autogestionária” dos trabalhadores da Makerli Calçados”, discorre de modo mais detalhado sobre esse importante momento na história dos sapateiros de Franca, abordando elementos presentes em todo o processo de autogestão da empresa.

de 20 mil sapateiros, conjuntamente com outras categorias da região, contra a implementação da URV⁵, que gerou uma perda salarial de 40,57% de acordo com o sindicato (URV..., 1994, p.7-3).

No meio do ano, o debate sobre o uso do trabalho infantil na produção de calçados em Franca tomou uma grande proporção a partir de um seminário realizado na UNESP Franca com o apoio não somente do STIC, mas também da CUT, DIEESE, UNICEF e OIT, no qual foram expostos os resultados da pesquisa “Crianças que estudam e trabalham na cidade de Franca”. No evento, a coordenadora do estudo, Raquel Benedeti, expôs que, das 1.561 crianças de até 13 anos entrevistadas no estudo, 1.139 afirmaram trabalhar na produção de calçados.

A pesquisa em questão fazia parte de um conjunto de estudos projetado pela CUT com o título “Orientação de crianças trabalhadoras na indústria e outros setores, capacitação de sindicalistas e conscientização da sociedade”, que também analisariam o corte de cana na região de Ribeirão Preto, o trabalho na indústria de plástico na capital paulista e na colheita de chá do Vale do Ribeira (OLIVEIRA, 2013, p.201). O trabalho não só disponibilizou dados que possibilitaram a compreensão e o debate acerca da exploração do trabalho infantil no setor, como também trouxe à tona o intenso uso de trabalho terceirizado, em sua maioria a partir de bancas clandestinas, sem registro e sem a garantia de direitos trabalhistas, como mostra a seguinte passagem elaborada por Oliveira:

Inicialmente foi caracterizada a cidade de Franca, sua história, a origem da tradição industrial e calçadista, aspectos econômicos e sociais. [...] Conforme levantamento da pesquisadora, as condições para o estudo eram desfavoráveis, uma vez que, segundo dados da Prefeitura Municipal, havia cerca de 1150 indústrias de calçados (incluindo-se nesse número as “bancas”¹³¹), utilizando 53.600 pessoas como mão-de-obra. Os índices do SIC [Sindicato da Indústria de Calçados] indicavam cerca de 27.500 pessoas trabalhando diretamente nas principais indústrias do município em junho de 1993, o que demonstra que quase 50% da força de trabalho utilizada no setor encontrava-se em bancas clandestinas. (2002, p.169 apud OLIVEIRA, 2013, p.202)

A intensa terceirização na indústria de calçados francana é um fator determinante para a ocorrência do trabalho infantil, uma vez que, em muitos casos, a produção é realizada dentro das casas dos trabalhadores e a necessidade de uma intensa produtividade para se obter ganhos

⁵ A URV, inicialmente instituída pela Medida Provisória nº 434 de 27 de fevereiro de 1994, foi uma moeda de transição entre o Cruzeiro e o Real. Sendo um dos primeiros e principais elementos presentes no Plano Real, a URV tinha como objetivo a estabilização dos preços de produtos.

salariais fazem com que muitas crianças e adolescentes passem a auxiliar seus pais no trabalho. Além disso, a luta contra a exploração do trabalho infantil travada pelo STIC não encontra uma grande receptividade por parte da classe patronal (ANEXO A), da imprensa local (ANEXO B) e até mesmo dos próprios trabalhadores, já que muitos iniciaram a atividade laboral ainda na infância e não veem grandes problemas nesta prática, principalmente pela necessidade da ajuda dos filhos no trabalho e pela falta de políticas públicas voltadas para essas crianças. O relato de uma trabalhadora à Tomazini (2003, p.240) exemplifica bem esta visão:

[...] Eu acho que criança trabalhar assim junto com a mãe e com o pai dentro de casa é bem melhor do que ficar na rua aprendendo o que não deve, porque eles fala que a criança só pode trabalhar depois dos dezesseis anos. Eu aprendi a trabalhar nova e não me arrependo; esse caminho foi ótimo... Com dez anos já tá de bom tamanho porque é melhor do que ficar na rua aprendendo o que não deve. Eles querem proibir até isso, então, eu não acho certo, entende?

Frente a esse cenário, o sindicato buscou responder a postura tomada pela classe patronal (ANEXO C) e realizar panfletagens que objetivavam denunciar tanto o trabalho infantil quanto a terceirização ilegal e o aumento do desemprego na indústria.

A ação mais combativa por parte dos donos das fábricas diante da acusação de exploração do trabalho infantil na produção de calçados veio apenas com a repercussão negativa que os resultados da pesquisa realizada geraram nos países para onde a indústria exportava boa parte de sua produção, como foi o caso dos EUA, além da pressão interna colocada sobre empresas denunciadas a partir de ações da Câmara Municipal, do Ministério Público e da Justiça do Trabalho de Franca motivadas pela denúncia do STIC (CÂMARA..., 1995, p.1). Com isso, em 1997 houve o 1º Encontro Nacional do Setor Calçadista pela Erradicação do Trabalho Infantil, no qual empresários, incluindo donos de bancas, assinaram um acordo em que se comprometiam a não utilizar o trabalho infantil na produção de calçados.

Além do pacto feito pelos empresários contra o trabalho infantil, Oliveira (2013, p.206) menciona que o STIC, conjuntamente com a UNICEF, realizou um programa junto a 150 famílias na cidade com vistas a incentivar o ensino e retirar crianças da situação de trabalho infantil⁶. O seguinte depoimento de Rubens Faccirolli, antigo presidente do sindicato dos

⁶ É encontrada uma análise mais atual sobre a situação do trabalho infantil na produção de calçados em Franca, mostrando sua relação intrínseca com o processo de terceirização no setor, no seguinte artigo: LOURENCO, Edvânia Ângela de Souza. Reestruturação produtiva, trabalho informal e a invisibilidade social do trabalho de

sapateiros, mostra a importância da luta contra o trabalho infantil realizada pelo STIC nesse período:

[...] Ela foi uma coisa que marcou muito porque nós conseguimos avanços importantes, tanto é que o próprio empresariado reconheceu até pela dificuldade... não porque quis reconhecer. Começou a ter dificuldade com a exportação de calçados que era fabricado com mão-de-obra infantil. Começou a ter restrição no mercado internacional e ele acabou criando uma entidade patronal que acabou... que faz um trabalho de combate ao trabalho infantil, que é o Pró-Criança. Embora nós tenhamos um punhado de problemas, acho que uma coisa elogiável que foi conseguido por causa dessa luta, que eles nem reconhecem que foi por causa dessa luta. Eles dizem que eles são bonzinho e resolveram fazer esse trabalho [...]. (apud OLIVEIRA, 2013, p.206)

O Plano Real, colocado em prática ainda em 1994, gerou rebatimentos na indústria de calçados francana, intensificando ainda mais a redução de postos de trabalho no setor, o que afetou a quantidade de associados do sindicato e, conseqüentemente, os seus recursos financeiros. Ademais, esse ano também foi marcado pela fundação de um novo sindicato por Fábio Cândido, ex-presidente do STIC, fazendo com que ocorresse o recolhimento das contribuições sindicais pela justiça (OLIVEIRA, 2013, p.209). Apesar de tais dificuldades, Jorge Luis Martins fez o seguinte depoimento:

O nosso sindicato ainda depende em alguma medida do imposto sindical, embora se acabar... Tanto é que o nosso imposto agora ele tá preso, nos últimos anos, em função que o Fábio Cândido, aquele lá de 82, montou um sindicato agora, fantasma, e acabou criando alguns empecilhos na justiça para a liberação. E o nosso sindicato tá sobrevivendo, não parou de fazer política, tá apoiando os sem terra, por exemplo; tá discutindo com os desempregados, tá segurando ainda a onda. (apud OLIVEIRA, 2013, p.210)

O STIC havia organizado uma independência financeira que o permitia até mesmo devolver parte do imposto sindical recebido aos trabalhadores, como informa Oliveira do trecho a seguir:

Desde 1989 o STIC já devolvia aos associados o montante equivalente ao imposto sindical que lhe cabia (60% do total, conforme a CLT estabelece no

artigo 589). A partir de 1990, ampliou essa ação, visto que passou a devolver aos sócios do sindicato a integralidade do imposto sindical recolhido anualmente, ou seja, tirava de suas próprias finanças a diferença do imposto sindical que não lhe cabia. O STIC conseguiu uma sustentação financeira apenas com as mensalidades dos associados e a contribuição assistencial, cobrança que a prerrogativa é determinada pelos trabalhadores. (2013, p.210)

Mesmo assim, o surgimento de outro sindicato – possibilitado pela expansão da representação do STIC a outras categorias profissionais e de outros municípios desde 1990 – foi um importante obstáculo para ação do sindicato, principalmente após reconhecimento do novo sindicato em 1997 e a decisão do Ministério do Trabalho em torná-lo o representante legal da categoria de sapateiros em Franca no ano de 2010.⁷

A problemática do desemprego continuava afetando a categoria em 1995, fazendo com que o sindicato prosseguisse com a solicitação de isenção de impostos, como o IPTU, aos trabalhadores desempregados. Em maio do mesmo ano, algumas empresas de calçados reduziram a jornada de trabalho, passando de cinco para quatro dias semanais, diminuindo também os salários dos sapateiros; o sindicato, por sua vez, considerava a prática ilegal e chegou a solicitar fiscalização de tal prática na Delegacia Regional do Ministério do Trabalho. No entanto, o relato à Folha de S. de Paulo de Milton da Silva, então secretário-geral do STIC, expõe a situação do sindicato diante deste cenário:

Nesse momento em que o mercado de calçados está em baixa por causa das medidas anticonsumo e da defasagem cambial entre o dólar e o real, que prejudica as exportações, o sindicato não tem força para organizar a categoria contra essas medidas da classe patronal. (SINDICATO..., 1995, p.7-3)

Enquanto o sindicato prosseguia com a defesa da redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais, sem a redução dos salários, em prol do aumento do número de postos de trabalho no setor durante o período de crise, outra medida posta em prática pelos empresários foi o uso de horas extras. Frente a isso, no ano de 1996, o sindicato organizou uma ação intitulada “operação tartaruga”, que previa a realização de debates nas portas de fábricas que

⁷ É importante ressaltar que, após longos anos de batalha, trabalhadores ligados ao STIC organizaram uma chapa de oposição para disputar a diretoria do novo sindicato criado por Fábio Cândido. Com a vitória desta chapa nas eleições sindicais de 2016, houve a retomada da representação da categoria pelo antigo sindicato.

utilizavam as horas extras como meio de aumentar a produtividade sem ampliar a oferta de novos empregos (SINDICATO..., 1996, p.1).

A profunda redução de postos de trabalho no setor calçadista ao longo da década de 1990 ascendeu no interior do STIC um novo tipo de movimentação que culminou na ocupação da Fazenda Boa Sorte, em Restinga - SP. A partir de uma aproximação com o acampamento do MST localizado na cidade de Colina - SP, o STIC iniciou uma campanha de organização de trabalhadores do setor calçadista em situação de desemprego que demonstraram o interesse em compor o movimento sem terra, resultando na ocupação da fazenda logo no dia 1º de janeiro de 1998, como mostra o seguinte relato:

[...] Nós reunimos todo mundo no Sindicato dos Sapateiros e falamos, “olha essa vai ser a virada na vida dos trabalhadores, nós vamos passar o ano novo com vida nova” e realmente foi isso, nós fizemos a ocupação meia noite e meia [...]. (apud VALE, 2011, p.66-67)

No mês de março ocorreu uma reintegração de posse, momento em que todas as famílias que ali estavam foram retiradas, voltando a ocuparem o espaço da Fazenda Boa Sorte novamente em setembro de 1998 após uma reunião com Geraldo Alckmin, importante nome do governo estadual de Mário Covas na época. A partir disso foi construído o assentamento 17 de Abril, nome dado a partir da data em que houve o Massacre de Eldorado de Carajás, em homenagem aos dezenove trabalhadores rurais sem-terra que foram assassinados pela Polícia Militar do Pará no ano de 1996.

Ante a Reforma da Previdência – aprovada em 1998 e que buscava restringir o acesso à aposentadoria como meio para a redução dos gastos do Estado – o STIC participou de atos realizados tanto no município de Franca quanto em Brasília - DF. Ainda que no decorrer da presente pesquisa não tenham sido encontrados materiais que expusessem de modo mais detalhado esses e alguns outros atos realizados pelo sindicato ao longo da década de 1990, o STIC conta com um vasto acervo de fotografias em sua sede que registram diversas atividades realizadas em toda a sua história.

No que tange aos congressos da categoria realizados nos anos de 1990, Tomazini (2003, 227-229), ao fazer um levantamento sobre a participação das mulheres no sindicato dos sapateiros, retoma alguns elementos importantes desses eventos. A partir das informações dadas pela autora, podemos observar que os congressos desse período tiveram em suas pautas de

discussão uma forte presença dos temas debatidos ao longo do presente trabalho, como os planos econômicos da época, a nova agenda neoliberal do Estado e, principalmente, os impactos da reestruturação produtiva sobre a oferta de emprego e as condições de trabalho resultantes da intensiva terceirização no setor calçadista.

Como informado anteriormente, o 1º Congresso dos Sapateiros de Franca aconteceu em 1984, ocorrendo a sua segunda edição apenas no ano de 1990 com um caráter de enfrentamento ao governo Collor e seu primeiro plano econômico, além de debater o arrocho salarial da época e pensar nas comissões de fábrica como uma forma de organização dos sapateiros. Nos congressos realizados em 1994, 1996 e 1999 o combate aos impactos do neoliberalismo sobre o mundo do trabalho estiveram presentes de modo contínuo. Observa-se a oposição à terceirização fraudulenta como uma das principais bandeiras definidas pelos sapateiros durante tais congressos, principalmente por ser um fator determinante na crescente perda de direitos trabalhistas e no uso do trabalho infantil pela indústria de calçados, o que foi uma das principais lutas do STIC nos anos de 1990, como mencionamos previamente. Apesar dos congressos terem sido palco da discussão e definição de outras bandeiras, como a defesa pela educação, saúde e moradia, assim como o combate a quaisquer formas de discriminação, o tema do neoliberalismo e suas consequências para o trabalho acabaram se tornando o principal alvo de ação do STIC.

Como podemos perceber, a inserção do Brasil na agenda neoliberal e no cenário de concorrência internacional, resultando na reestruturação produtiva do setor calçadista, fez com que os sapateiros de Franca encontrassem um novo mundo do trabalho, marcado pelo desemprego cada vez maior, por um tipo de terceirização que retira direitos, intensifica a exploração e precariza as condições de trabalho e de vida – em especial no caso das bancas domiciliares –, além da drástica redução das possibilidades de enfrentamento por parte do sindicato que representa esses trabalhadores. Mesmo com as diferentes ações realizadas pelo STIC na década de 1990, observa-se que o seu poder de barganha frente à classe patronal foi afetado pela situação econômica da época, fazendo com que o foco de sua atuação voltasse para as bandeiras de luta que mencionamos anteriormente a fim de tentar amenizar os impactos desse novo momento de acumulação capitalista sobre a vida dos trabalhadores da indústria de calçados.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ainda que o neoliberalismo seja comumente reduzido a um mero retorno ao liberalismo clássico e/ou à defesa do Estado mínimo, é notável que a sua implementação realizou transformações profundas nos mais diversos âmbitos, tais como na economia; no Estado; na produção; no sindicalismo e até mesmo na subjetividade da classe trabalhadora. Ao ganhar espaço como a resposta à crise do *Welfare State*, a agenda neoliberal foi adotada em países regidos tanto pela ditadura quanto pela democracia burguesa a partir da década de 1970 e 1980, período em que os governos neoliberais utilizaram-se da máquina estatal para a realização de medidas que objetivavam a austeridade fiscal e a inserção dos países no cenário de concorrência mundial. A partir do desmantelamento do *Welfare State*, em especial nos países do centro, os direitos conquistados pela classe trabalhadora foram reduzidos, tal como as possibilidades de ação por parte das organizações sindicais ante um mundo de trabalho mais precário e informal.

No Brasil, por mais que não tenha se instaurado um Estado de bem-estar social, os anos de 1980 foram marcados pela força conquistada pelos sindicatos, pelo processo de redemocratização do país e pela formulação da CF de 1988. Nessa época, o movimento sindical foi caracterizado pelo surgimento do novo sindicalismo, que modificou a forma de atuação dos sindicatos que até então eram dirigidos por um viés corporativista herdado do período varguista. Por meio da transformação exercida pelo novo sindicalismo, ações de enfrentamento aos governos e aos desmandos do capital se ampliaram e se tornaram um aspecto importante do período, principalmente na cidade de São Paulo e no ABC paulista.

Influenciados pela emergência e ampliação desses movimentos, um grupo de sapateiros, com o apoio da Pastoral Operária situada em Franca, montou uma chapa de oposição que disputou e venceu as eleições sindicais do STIC em 1982, alterando também a perspectiva de ação do sindicato dos sapateiros, que passou de um viés corporativista e de atuação pelega para seguir os passos do novo sindicalismo. Com isso, a década de 1980 na cidade de Franca, em especial na indústria calçadista, também foi marcada por uma intensa combatividade do

sindicato através da realização de atos e greves que contavam com uma ampla participação dos trabalhadores da indústria.

Entretanto, a partir dos anos 1990 é concretizada a adesão do Brasil ao neoliberalismo, principalmente nos governos de FHC. Caracterizada pela reforma do Estado, ampliação da abertura comercial e estabilização da moeda com o Plano Real, a década neoliberal brasileira foi palco de uma ampla reestruturação produtiva que almejava a redução dos custos através de uma racionalização pautada na inserção de novas tecnologias e de novas formas organizacionais no processo produtivo.

A indústria de calçados foi duramente atingida pela abertura comercial praticada nos governos neoliberais da época, assim como pela valorização da moeda resultante do Plano Real. Em consonância com o que vinha ocorrendo em outros países e no próprio Brasil a partir da implementação de medidas neoliberais, a cidade de Franca, em especial no que tange ao setor calçadista, experenciou o aumento do desemprego, da terceirização e da informalidade. Diferentemente de alguns setores, a reestruturação produtiva ocorrida na indústria de calçados não se deu através da inserção de novas tecnologias, mas sim da intensificação da exploração da força de trabalho possibilitada por novas formas organizacionais. Com o objetivo de racionalizar os custos da produção, as empresas reduziram os cargos presentes nas fábricas e descentralizaram a produção por meio da ampliação da terceirização e a deslocalização de fábricas para outras regiões.

Apesar da terceirização não ser algo novo na produção de calçados, sua intensificação gerou danos importantes para as condições de trabalho e de vida dos sapateiros, tal como para a atuação do STIC desde a década de 1990. Realizado nas bancas, que muitas vezes se localizam dentro dos lares dos trabalhadores, o trabalho terceirizado no setor calçadista é geralmente caracterizado pela informalidade, precariedade, aumento da jornada de trabalho e, em muitos casos, pela exploração do trabalho feminino e infantil.

Diante desse cenário, o STIC pautou sua ação ao longo dos anos de 1990 na luta contra as implicações geradas pelo neoliberalismo sobre o mundo do trabalho. Com o crescente desemprego e terceirização no setor, o sindicato dos sapateiros viu seu poder de barganha ser reduzido assim como o que vinha sendo observado no movimento sindical de todo o país. Ainda assim, foram realizadas ações que visavam não somente denunciar os impactos do neoliberalismo e os prejuízos gerados pela terceirização fraudulenta, como também garantir

conquistas financeiras nas negociações salariais, meios de proteção aos trabalhadores desempregados e a manutenção dos postos de trabalho formais.

Acontecimentos importantes também marcaram a atuação do STIC na década neoliberal, tais como a participação no processo de autogestão da Makerli, a pesquisa e denúncia realizadas sobre o uso de trabalho infantil na produção de calçados, e a organização do processo que culminou na ocupação da Fazenda Boa Sorte e fundação do assentamento 17 de Abril. Ademais, o STIC também esteve presente em atos contrários aos governos neoliberais, articulando e participando de manifestações que pediam o *impeachment* de Collor e contra as medidas tomadas por FHC em seus governos, como a Reforma da Previdência.

Por mais que o STIC tenha mantido sua atuação ativa ao longo dos anos de 1990, buscando denunciar os ataques do capital sobre o mundo do trabalho e garantir algumas conquistas aos sapateiros, o período em questão foi marcado, principalmente, pela intensificação da terceirização fraudulenta que retirou direitos, tornou ainda mais precárias as condições de trabalho e de vida dos sapateiros, ampliou o uso de trabalho feminino e infantil e, conseqüentemente, elevou a exploração da força de trabalho na produção de calçados em Franca.

REFERÊNCIAS

ALVES, G. **O novo (e precário) mundo do trabalho: reestruturação produtiva e crise do sindicalismo**. São Paulo: Boitempo: FAPESP, 2000.

_____. Trabalho e reestruturação produtiva no Brasil neoliberal: precarização do trabalho e redundância salarial. **Revista Katálisis**, Florianópolis, v.12, n.2, p.188-197. Jul./dez., 2009. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/S1414-49802009000200008/11117>> Acesso em 25 jun. 2020. Acesso em: 08 nov. 2019.

_____. Trabalho e sindicalismo no Brasil: um balanço crítico da "década neoliberal" (1990-2000). **Revista Sociologia Política**, Curitiba, n.19, p.71-94. Nov./2002. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/rsp/article/view/3620/2877>> Acesso em: 08 nov. 2019.

ANTUNES, R. **A desertificação neoliberal no Brasil: Collor, FHC, Lula**. São Paulo: Autores Associados, 2005.

_____. Trabalho, reestruturação produtiva e algumas repercussões no sindicalismo brasileiro. In. _____. (Org.). **Neoliberalismo, trabalho e sindicatos: estruturação produtiva na Inglaterra e no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 1997, p.71-84

BRAGA FILHO, H. **Globalização em Franca: a reorganização industrial e a economia informal**. Dissertação (Mestrado em Administração) – Centro Universitário de Franca, Franca, 2000.

_____. **Distribuição da renda entre salários e lucros na indústria de calçados de Franca de 1994 a 2002**. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista, Franca, 2004.

CÂMARA de Franca investiga trabalho infantil. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 6 abr. 1995. Folha Nordeste, p.1.

CANÔAS, J. W. O movimento operário-sindical em Franca/SP: o sindicato dos trabalhadores na indústria de calçados – STIC e a ação do Serviço Social – 1982 a 1984. In: _____. (Org.). **Nas pegadas do Sapateiro: 65 anos do STIC – Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Calçados**. Franca: Ed. UNESP, 2007, p.9-229.

CARDOSO, A. M. A década neoliberal e a crise dos sindicatos no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2003.

DARDOT, P.; LAVAL, C. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. São Paulo: Boitempo, 2016.

FARIA, M. S. “... Se a coisa é por aí, que autogestão é essa?” Um estudo da experiência "autogestionária" dos trabalhadores da Makerli Calçados. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1997.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 2008.

_____. **O neoliberalismo: história e implicações**. 5ª Edição. São Paulo: Loyola, 2014.

LARA, R. O Trabalho invisível em Franca – SP. In: CANÔAS, José Walter (org.). **Nas pegadas do sapateiro: 65 anos do STIC Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Calçados**. Franca: UNESP, 2007, p. 233-336.

LIMONTI FILHO, M. A.; LOURENÇO, E. A. S. Reestruturação produtiva e a domicialização do trabalho no setor calçadista: um olhar para a realidade do processo de trabalho e saúde nas bancas de pespontos em calçados no município de Franca – SP. In: LOURENÇO, E. A. S. et al (org.) **Terceirização, precarização e agravos à saúde dos/as trabalhadores/as - IX Seminário de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora “Terceirização, Precarização e Agravos à Saúde dos Trabalhadores” e o VIII Seminário “O Trabalho em Debate”**. Franca: UNESP-FCHS, 2017, p.71-81.

LOURENÇO, E. A. S. **Na trilha da saúde do trabalhador: a experiência de Franca/SP**. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2009.

NETTO, J. P. **Crise do socialismo e ofensiva neoliberal**. 2ª. Edição. São Paulo: Cortez, 1995.

OLIVEIRA, T. F. B. N. Da igreja ao sindicato: a trajetória do novo sindicalismo em Franca – SP. **Escritas**, Araguaína, v.11, n.2, p.157-176, 2018. Disponível em: <<https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/escritas/article/view/6530/14955>> Acesso em: 16 jun. 2020.

_____. **Uma nova ofensiva do capital?** Impactos do neoliberalismo e da reestruturação produtiva na ação sindical e no setor calçadista de Franca - SP. Tese (Doutorado em História) - Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2013.

RAMALHO, J. R. Precarização do trabalho e impasses na organização coletiva no Brasil. In. ANTUNES, R. (Org.). **Neoliberalismo, trabalho e sindicatos:** estruturação produtiva na Inglaterra e no Brasil. São Paulo: Boitempo, 1997, p.81-113.

REZENDE, V. D. A experiência de sapateiras no Sindicato dos Trabalhadores na indústria de calçados de Franca nos anos 1980. **PERSEU: História, Memória e Política**, São Paulo, n.1, p.147-175. Dez./2007. Disponível em: <<https://revistaperseu.fpabramo.org.br/index.php/revista-perseu/article/view/143/110>> Acesso em: 18 jun. 2020.

RODRIGUES, L. M. **CUT: os militantes e a ideologia** [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisa Social, 2009. Disponível em: <<https://static.scielo.org/scielobooks/vvw5c/pdf/rodrigues-9788579820243.pdf>> Acesso em: 18 jun. 2020.

ROMÃO, F. L. **A greve do fim do mundo: petroleiros 1995** - a expressão fenomênica da crise fordista no Brasil. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.

SAPATEIROS fazem acordo e têm 84% de reajuste. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 06 fev. 1991. SP Nordeste, p.J3.

SAPATEIROS fazem acordo e vão ter reajuste de 60% e abono escolar. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 10 fev. 1992. Folha Nordeste, p.8-3.

SINDICATO dos sapateiros faz ‘operação tartaruga’. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 15 ago. 1996. Folha Nordeste, p.1.

SINDICATO rejeita a decisão. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 12 jun. 1995. Folha Nordeste, p.7-3.

SINDIFRANCA, **Relatório mensal – NICC Polo Franca**: dezembro 2019. Franca, 2019.

TELES, J. R. **Estratégia de sobrevivência dos desempregados da indústria calçadista de Franca – SP**. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2001.

TOMAZINI, M. L. V. **A mulher na fábrica de sapatos: trabalho e gênero na indústria calçadista de Franca (SP)**. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Araraquara, 2003.

VALE, S. B. **O assentamento dezoito de abril e seu projeto de escola integral para o campo**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2011.

URV causa greve de 4 categorias na região. **Folha de S. Paulo**, 24 mar. 1994. Folha Nordeste, p.7-3.

ANEXOS

ANEXO A – ESCLARECIMENTO PÚBLICO DO SINDICATO PATRONAL
PUBLICADO EM JORNAIS DE FRANCA EM 18/11/1994

Esclarecimento Público

Não há limite para o rancor e o ódio do Sindicato dos Sapateiros

Depois de tentarem enlamear a reputação de Franca, principalmente nos Estados Unidos (nosso maior mercado comprador), propagando que a cidade é centro de exploração de trabalho infantil, e ter sido esse comportamento criminoso repudiado por todos os segmentos de nossa comunidade, os representantes do sindicato dos sapateiros vêm a público novamente para difamar a indústria de calçados, com a irresponsabilidade de quem não tem nada a perder.

Como não conseguem manter o equilíbrio, pela excessiva carga de ódio, rancor e irracionalidade que carregam, os sindicalistas agora dizem: "o setor de calçados vem mantendo seu recorde em exportação e, conseqüentemente, o lucro", "só em 94 houve dez mil demissões", "qual a sociedade que os patrões querem construir distribuindo miséria, pobreza e retirando a oportunidade das crianças de irem à escola?"

Perderam totalmente o senso da realidade, aproximando-se da esquizofrenia. E mais uma vez somos obrigados a vir a público, para defender a verdade dos fatos, embora a maioria absoluta dos francanos a conheça.

As exportações de calçados de Franca estão em queda livre, desde julho, com a sobrevalorização do real frente ao dólar. Em outubro, por exemplo, eles caíram 46%, em relação ao mesmo mês do ano passado. As empresas exportadoras estão reestruturando-se, investindo em qualidade e produtividade, buscando novos mercados; enfim, recorrendo a todos os meios para superar suas dificuldades.

De janeiro a outubro deste ano, houve uma redução de 2 mil empregos na indústria de calçados de Franca. E não 10 mil como apregoam os sindicalistas. A redução de empregos é pequena, se comparada à queda de produção e ao nível de ociosidade na capacidade de fabricação das indústrias durante este ano de 94.

Franca é considerada uma das oito cidades mais desenvolvidas do interior do país, a renda média familiar da população garante-lhe um padrão de vida superior ao da grande maioria dos centros urbanos brasileiros. Toda a economia da cidade é sustentada no desempenho do parque calçadista. Todas as divisas geradas pela nossa indústria ficam na cidade.

Nem é necessário recorrer a estatísticas para verificar o crescimento de Franca, a total ausência de favelas, o surgimento diuturno de novos bairros, o índice considerável de telefones, veículos e bens de consumo duráveis possuídos pela população. Tudo isso existe com a "distribuição da miséria, da pobreza"?

Ao afirmarem também que "os empresários francanos estão retirando a oportunidades das crianças de irem às escolas", os sindicalistas estão cometendo outra levianidade. Os menores de 14 anos auxiliam seus pais, após as aulas. É responsabilidade dos pais darem prioridade à educação de seus filhos, se ela estiver sendo prejudicada. A indústria não pode obrigá-los a isso. E sim esclarecê-los - o que vem fazendo.

Quanto aos prestadores de serviços que estariam empregando menores de 14 anos, a posição da indústria é clara: devem ser responsabilizados. Devem ser denunciados aos órgãos públicos competentes. A indústria não é órgão de fiscalização e nem teria como cumprir essa função, se fosse de sua competência.

O sindicato dos sapateiros diz que a terceirização em Franca é fraudulenta, diz que realizou pesquisa, onde aponta o emprego de milhares de crianças em bancas. Se há fraude, se tem relação de empregadores infringindo a lei, por que não apresenta denúncia às autoridades competentes?

Por que tentam responsabilizar a indústria, se sabem que não somos defensores de ilegalidades? Se sabem que temos alertado os prestadores de serviços sobre o risco de ficarem impedidos de receber trabalho, caso empreguem menores de 14 anos?

A resposta para essas indagações é uma só: o sindicato dos sapateiros quer prejudicar a indústria, os trabalhadores e, por extensão, toda a comunidade francana. Querem obstruir a terceirização no setor, porque estão perdendo força na base sindical.

Outro fator para os sindicalistas passarem a agredir o parque calçadista francano é o fracasso de seus últimos movimentos grevistas. Neste ano, tentaram duas paralisações, mas foram rejeitadas pela grande maioria dos trabalhadores, que não admitem mais o confronto irresponsável.

Chega de ódio e de rancor!

ANEXO B – TEXTO PUBLICADO NO JORNAL COMÉRCIO DA FRANCA EM
27/08/1994

Trabalho Infantil: querem denegrir a imagem de Franca

A terceirização de serviços na indústria é hoje um processo irreversível, com a globalização das economias e o acirramento da competição.

Em Franca, décadas antes de se falar em terceirização - seguramente no mínimo há 40 anos -, a nossa indústria de calçados repassa serviços de pesponto (costura) para terceiros.

Esta transferência de serviços para bancas tem assegurado milhares de empregos e garantido renda para um grande contingente de pessoas que não teriam como trabalhar diretamente na indústria: são, principalmente, donas-de-casa que dedicam parte de seu tempo à costura de calçados. Outras, são ex-funcionários da indústria que passaram a prestar serviços de pesponto, constituindo pequenas bancas com o seu trabalho e a ajuda de familiares (filhos, esposa, sobrinhos, etc.).

Uma recente pesquisa realizada na cidade, com a participação de entidade sindical ligada à

CUT, aponta que, entre 1.500 crianças menores de 14 anos, 70% trabalham em bancas de pesponto, após o período de estudos.

Grande parte é formada por filhos ou parentes dos responsáveis pelas bancas.

Com base nesse levantamento, a CUT apresentou denúncia à Procuradoria Regional do Trabalho em Campinas, que agora anuncia a intenção de "acabar com o trabalho infantil no setor de calçados de Franca (...), atacar a terceirização espúria". Para tanto, quer entrar com ação na Justiça contra empresas de calçados da cidade que repassam serviços a bancas que estariam empregando menores de 14 anos.

Esta intenção da Procuradoria tem sido enfatizada por veículos de comunicação de uma cidade da região, com o prazer indisfarçável de denegrir a imagem de Franca, de elevá-la à categoria de "exploradora de menores".

O fato é que a indústria de calçados de Franca não emprega me-

nores de 14 anos. Não infringe essa lei trabalhista. E mais: também preocupada com a possibilidade de eventualmente alguma banca prestadora de serviços, por desconhecimento da lei, ter ou estar empregando menores de 14 anos, a indústria as tem orientado para que não incorram nessa irregularidade. Mesmo que sejam seus filhos (e nesse caso, que acontece com a maioria, não estão cometendo infração).

Mas é decisão do prestador de serviço impedir ou não que seu filho o auxilie. São motivos pessoais e variados que não comportam ações legais.

A indústria de calçados tem cumprido em Franca uma relevante e inegável função social, derivada de sua forte presença na economia da cidade. Querer transformá-la em espoliadora de direitos é, no mínimo, uma irresponsabilidade que não encontra apoio naqueles que a conhecem.

(A.L.)

**ANEXO C – CARTA ABERTA DO STIC À POPULAÇÃO DE FRANCA PUBLICADA
EM JORNAIS DA CIDADE EM 17/11/1994**

Carta Aberta à População

ATÉ ONDE VAI A GANÂNCIA E SELVAGERIA CAPITALISTA DOS EMPRESÁRIOS FRANCANOS?

Durante o ano de 1994, embora o setor de calçados venha mantendo seu recorde em exportação e consequentemente o lucro dos empresários, os trabalhadores enfrentam a pior crise de todos os tempos.

De que responsabilidade estão falando com tantos danos aos trabalhadores? Qual a sociedade que os patrões querem construir distribuindo miséria, pobreza e retirando a oportunidade das crianças de irem à escola para se tornarem futuros adultos desinformados e desqualificados.

O que fazer em uma categoria que só em 94 enfrentou 10.000 (dez mil) demissões, sem ter havido greve, mais um profundo arrocho salarial? Além da mãozinha do governo, os salários são mais arrochados ainda porque os empresários aproveitam desta situação para reduzi-los nas recontrações.

Qual a atitude que devemos tomar diante de uma terceirização irregular e fraudulenta: sim, porque é feita com a atividade principal e ainda que não fosse o grande mal, se contratam trabalhadores sem registro, sem garantia dos direitos trabalhistas, sonegam impostos INSS, FGTS, etc?

Eles (empresários) que falam tanto em cumprir a lei, agora a lei não serve mais, ou só se aplica para os trabalhadores cumprirem? Podem burlar a legislação e sonegar o quanto querem?

Que pensamento tem os empresários, do futuro de uma cidade com tanto desempregados, salários miseráveis, trabalhadores sem previdência e com uma nova geração (crianças) sem cultura por não ter tido sucesso na escola? Mesmo com as crianças frequentando as escolas, não poderíamos concordar com essa exploração absoluta, fraude trabalhistas e o prejuízo irreversível à saúde destes pequenos cidadãos provocada pela ação irresponsável dos empresários que ainda tem a coragem de dizer que pensam na cidade.

Com certeza, se não forem tomadas atitudes enérgicas no presente, será tarde demais no futuro com a formação de milhares de analfabetos sem saúde, trabalhando por alguns trocados e a miséria tomando conta.

Vamos esperar calados o futuro? Aos empresários não importa de onde vem o lucro e ainda vão chamar o exército para resolver os problemas da nova ordem social.

Por acaso a disputa do mercado de calçados no nível internacional não deve ser conquistada através da produtividade e da qualidade? Por acaso a manutenção do mercado interno não deve ser sustentado através do aumento do poder aquisitivo da população?

Em que ajuda a posição de avestruz com relação ao trabalho infantil adotado por parte de alguns vereadores francanos e a posição de Poncio Pilatos (lavando as mãos) do empresariado de Franca?

A população de Franca exige que o problema do trabalho infantil seja encarado com responsabilidade por parte dos empresários e dos órgãos públicos e toda a sociedade civil, a fim de não colocar em risco os empregos dos trabalhadores do setor do calçado.

**Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de
Calçados e Vestuários de Franca e Região.
FILIADO À CUT**



Publicada nos jornais da cidade em 17/11/94